

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ORIEL RODRIGUES DE MORAES

QUILOMBO IVAPORUNDUVA: O CAMINHO DA GESTÃO TERRITORIAL
COMO PERSPECTIVA DE REEXISTÊNCIA E DO BEM VIVER

CURITIBA

2020

ORIEL RODRIGUES DE MORAES

QUILOMBO IVAPORUNDUVA: O CAMINHO DA GESTÃO TERRITORIAL COMO PERSPECTIVA DE
REEXISTÊNCIA E DO BEM VIVER

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora Profa. Dra. Carolina dos Anjos

CURITIBA
2020

Moraes, Oriel Rodrigues de
Quilombo Ivaporunduva: o caminho da gestão territorial como perspectiva
de reexistência e do bem viver. / Oriel Rodrigues de Moraes. - Curitiba,
2020.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Setor
de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e
Desenvolvimento.

Orientador: Carolina dos Anjos.

1. Quilombos - São Paulo (Estado). 2. Planejamento territorial. 3.
Dinâmica social. I. Anjos, Camila dos. II. Título. III. Universidade Federal do
Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO - 40001016029P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ORIEL RODRIGUES DE MORAES** intitulada: **QUILOMBO IVAPORUNDUVA: O CAMINHO DA GESTÃO TERRITORIAL COMO PERSPECTIVA DE REEXISTÊNCIA E DO BEM VIVER**, sob orientação da Profa. Dra. CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Março de 2020.

Assinatura Eletrônica

07/04/2020 15:28:13.0

CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

08/04/2020 18:51:30.0

SONIA FÁTIMA SCHWENDLER

Avaliador Externo (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO - UFPR)

Assinatura Eletrônica

07/04/2020 16:23:35.0

CARINA CATIANA FOPPA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/04/2020 18:07:50.0

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua dos Funcionários 1540 - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80035-050 - Tel: (41) 3350-5764 - E-mail: made@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 39452

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 39452

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus ancestrais por oportunizarem esse momento.

Agradeço aos parentes quilombolas por manterem-se firmes na luta por liberdade.

Agradeço aos meus pais Simão e Nizete que em suas breves vidas sempre me orientaram pelo caminho da resistência e da luta.

Agradeço ao apoio financeiro recebido pela CAPES.

***“A liberdade jamais é dada pelo opressor, ela tem que ser conquistada
pelo oprimido”.***
(Martin Luther King)

RESUMO

Com cerca de 400 anos de existência, o quilombo de Ivaporunduva, localizado no município de Eldorado, estado de São Paulo, tem uma história de luta pela permanência e reconhecimento de suas terras. Contar a história desse lugar é muito importante para nós que nascemos e vivemos por toda a vida na comunidade. Nessa perspectiva, esse trabalho se insere num campo de reflexão no qual o pesquisador realiza pesquisas em sua própria comunidade. Como objetivo geral pretendo analisar a dinâmica social que os quilombolas de Ivaporunduva estabeleceram e estabelecem em seu território na busca da manutenção de seus modos de vidas a partir da autonomia na concretização da gestão ambiental. Como objetivos específicos: a) apontar a importância do planejamento ambiental territorial quilombola que envolve a estratégia de autogestão; b) discorrer sobre a relação do povo quilombola com a natureza e com seu território - como um território de vida e de resistência – para a garantia da continuidade das práticas cotidianas e dos modos de existir; c) analisar a gestão territorial da comunidade quilombola Ivaporunduva na perspectiva de bem viver. Adotei como método a pesquisa qualitativa, em especial, a observação participante, já que todas as reflexões aqui apresentadas são resultado da minha participação direta tanto no contexto local como no nacional da luta quilombola.

Palavras-chave: Quilombo. Ivaporunduva. Planejamento Territorial. Observação Participante. Bem viver

ABSTRACT

With about 400 years of existence, the quilombo of Ivaporunduva, located in the municipal district of Eldorado, state of São Paulo, has a fight history for the permanence and recognition of your lands. To count the history of that place is very important for us that were born and we lived for a lifetime in the community. In that perspective, that work interferes in a reflection field in which the researcher accomplishes researches in your own community. As general objective intends to analyze the social dynamics that the quilombolas of Ivaporunduva established and they establish in your territory in the search of the maintenance of your manners of lives starting from the autonomy in the materialization of the environmental administration. As specific objectives wait: the) the importance of the planning territorial environmental quilombola that involves the autogestion strategy to appear; b) to discourse about the relationship of the people quilombola with the nature and with your territory - as a life territory and of resistance - for the warranty of the continuity of the daily practices and of the manners of existing; c) to analyze the territorial administration of the community quilombola Ivaporunduva in the perspective of well to live. I adopted as method the qualitative research, especially, the participant observation, since all the reflections here presented they are resulted so much of my direct participation in the local context as in the national of the fight quilombola.

Word-key: Quilombo. Ivaporunduva. Territorial Planning. Participant Observation. Good Living.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- LOCALIZAÇÃO GEOGRAFICA DA REGIÃO DE IVAPORUNDUVA

Fonte: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/terras_de_quilombos_ivaporunduva-sp.pdf

FIGURA 2- LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS DE QUILOMBOS NO VALE DO RIBEIRA

FONTE: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/agenda.pdf>

FIGURA 3- MAPA ILUSTRATIVOS DO PROCESSOS DE TITULAÇÃO

FONTE: COMISSÃO PRO-INDIO (<http://cpisp.org.br/>)

FIGURA 4-QUILOMBO IVAPORUNDUVA

FONTE: AUTOR DESCONHECIDO

FIGURA 5- MANIFESTAÇÃO CULTURAL

FONTE:http://www.incra.gov.br/sites/default/files/terras_de_quilombos_ivaporunduva-sp.pdf

FIGURA 6 - COLHEITA DA BANANA

FONTE: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/agenda.pdf>

FIGURA 7- MAPA DEMONSTRATIVO DO USO E OCUPAÇÃO NA COMUNIDADE

FONTE: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/agenda.pdf>

FIGURA 8- CHEGADA PELO RIO RIBEIRA

FONTE: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/agenda.pdf>

LISTA DE SIGLAS

ADCT	- Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
CONAQ	- Coordenação Nacional de Quilombos
CONDRAF	- Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável.
FCP	- Fundação Cultural Palmares
INCRA	- Instituto de Colonização e Reforma Agraria

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	12
1.1 O SUJEITO DA PESQUISA	12
1.2 O PROJETO DE PESQUISA E SEUS OBJETIVOS	17
1.3 METODOLOGIA DE PESQUISA	18
CAPÍTULO 2: O SURGIMENTO DOS QUILOMBOS PARA O DIREITO NA ATUALIDADE	23
CAPÍTULO 3: ESTRATEGIA DE AUTO GESTÃO NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL QUILOMBOLA E BEM VIVER	37
CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	62

CAPITULO 1: INTRODUÇÃO

1.1 O SUJEITO DA PESQUISA

Com cerca de 400 anos de existência e resistência, e atualmente com aproximadamente 116 (cento e dezesseis) famílias e 492 (quatrocentos e noventa e dois) quilombolas, o quilombo de Ivaporunduva, localizado no município de Eldorado, região do Vale do Ribeira, no sul do estado de São Paulo, tem uma história de luta pela permanência e reconhecimento de suas terras.

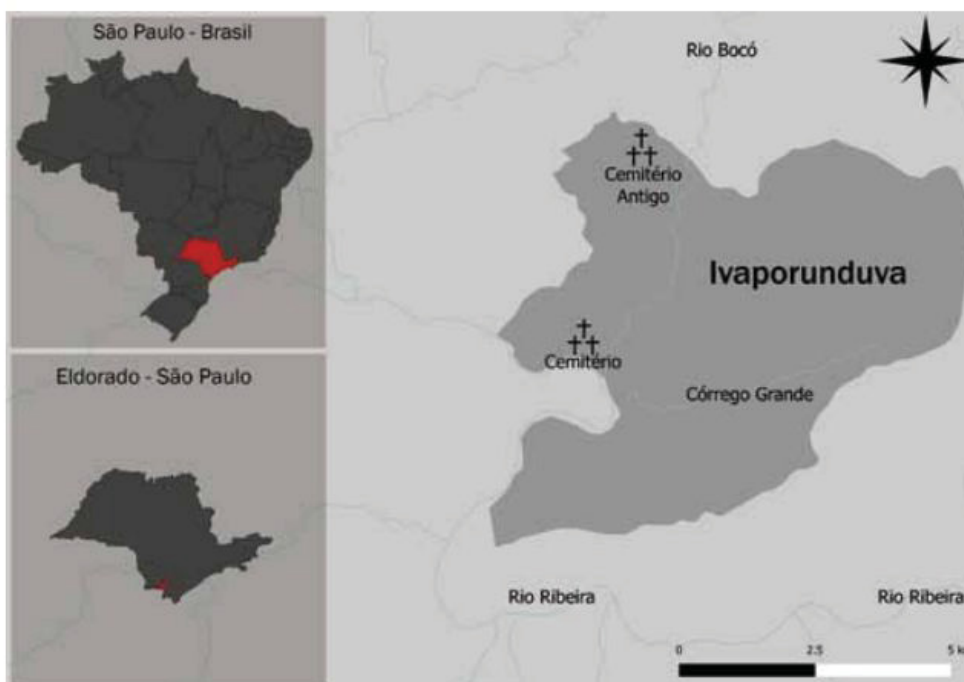


FIGURA 1 LOCALIZAÇÃO GEOGRAFICA DA REGIÃO DE IVAPORUNDUVA

Fonte:

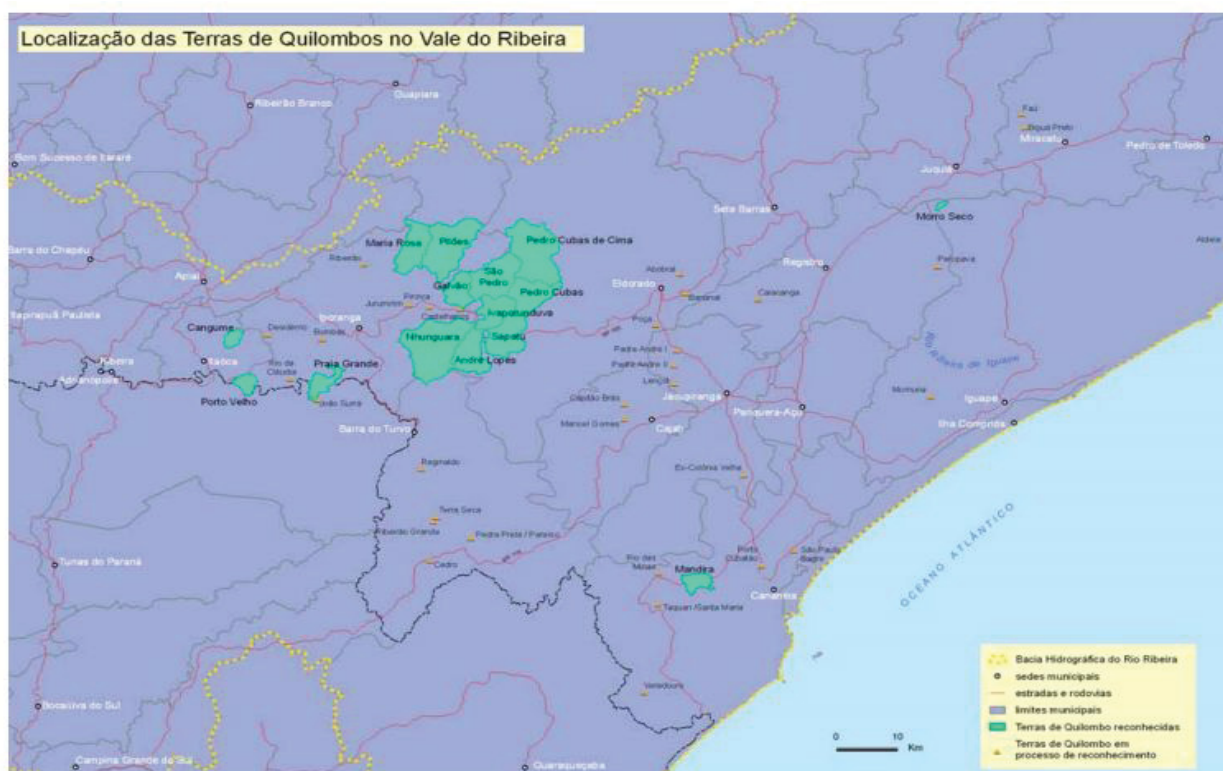
http://www.incra.gov.br/sites/default/files/terras_de_quilombos_ivaporunduva-sp.pdf

Contar a história desse lugar é muito importante para nós que nascemos e vivemos por toda a vida na comunidade. Nessa perspectiva, esse trabalho se insere num campo de reflexão no qual o pesquisador realiza pesquisas em sua própria comunidade.

Em muitas situações, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira figuraram como objeto de pesquisa de pessoas que não eram moradoras das comunidades. Foram elaborados importantes dissertações, teses, artigos e documentários falando sobre as terras de meus avós e de meus pais. Entretanto, nessa pesquisa uma das novidades é justamente que é desenvolvida por um morador-pesquisador quilombola da comunidade de Ivaporunduva.

Lugar de que muitos já falaram mesmo sem muito vivenciar a realidade local.

FIGURA 2 LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS DE QUILOMBOS NO VALE DO RIBEIRA



FONTE: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/agenda.pdf>

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2015, p.3), corrobora com o que eu quero dizer:

As ciências sociais, como já advertira Immanuel Wallerstein, têm uma origem europeia e, como tal, trazem consigo as marcas do contexto histórico-geográfico de sua constituição. (...) Nem sempre o caráter geográfico do lugar de enunciação do discurso das ciências sociais foi devidamente levado em conta. (...) Quando nas ciências sociais se fala de

lugar de enunciação do discurso quase sempre se quer referir ao lugar na hierarquia/estrutura social e de poder (classe dominante e/ou classe dominada) onde se olvida seu lugar geográfico. (...) Com isso queremos sinalizar nosso compromisso de diálogo com o pensamento emancipatório venha de onde vier, por esse lugar que nos é comum, qual seja, de pensar/agir com/contra o sistema mundo capitalista moderno colonial patriarcal que nos habita desde o seus grupos-classes sociais/etnias/povos e nacionalidades subalternizados.

O meu lugar de fala enquanto quilombola/pesquisador/liderança da comunidade, ao contrário, foi moldado no decorrer de meus 47 anos de existência no seio da comunidade, mas também no âmbito de relações interétnicas, que forjam narrativas mais (ou menos) precisas do que definem o que é ser quilombola no Brasil.

Ocupar esse lugar de fala nem sempre é um trabalho fácil, pois é um desafio encontrar a diferenciação entre o quilombola e o pesquisador no traçar da narrativa sobre o significado de ser quilombola neste país. Assim este trabalho será apresentado da seguinte forma: falarei um pouco do que eu vi, vivi e do que ouvi falar nesses últimos anos. Não quero esquecer o que já escreveram sobre meu povo e nossas comunidades. Ou seja, vou dialogar com outros autores que trago no corpo do texto como citações e ou referencias no decorrer deste trabalho, mas sempre a partir do meu ponto de vista de um nativo quilombola.

Meu envolvimento com o tema quilombos está voltado ao que representa esse fenômeno da história brasileira. Para tanto, vou falar do surgimento do Quilombo para o Direito a partir do ponto de vista das reivindicações das pessoas que vivem nos quilombos desde quando foram expropriadas de suas terras ancestrais e transformadas em mercadorias nas Américas em que ainda não foi feita a reparação dessa barbárie desse período para diáspora africana.

Para entender o que é ser quilombola é necessário entender que o processo identitário é bem distinto para cada quilombola nos Quilombos do Brasil. Apesar dessas diferentes maneiras de se construir a identidade quilombola pelo país afora, existe um elo em comum para todos os quilombos: seus vínculos com suas terras onde vivem e existem com sentimento e pensamento de pertença.

A construção de minha identidade enquanto quilombola é fruto da trajetória de luta dos quilombos pela liberdade de ser gente e ser tratado como gente. No meu caso em particular, contei com os apoios de Nisete e Simão (meus queridos pais)

que sempre me ensinaram que na vida devemos cumprir nosso legado e obrigações.

Entre o início dos anos 70, quando eu nasci, até meados dos anos 80, momento em que me envolvi na luta, nossas comunidades negras rurais ainda estavam em processo de afirmação e pertencimento a um segmento de comunidades negras rurais ligadas às lutas sociais pela terra.

Foi apenas com o advento da Constituição Federal de 1988, em especial, com o Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, que se garantiu o direito das comunidades negras rurais de reivindicarem a demarcação e regularização de suas terras a partir do conceito de territórios quilombolas.

Artigo 68: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (Constituição Federal, 1988).

Pode parecer contraditório, mas revisitar a história das gentes negras e entender que em um passado recente essas gentes foram transformadas em mercadorias e expropriadas de seus territórios de vida, tornei-me mais confiante. Tive que suportar minhas angústias e me fortalecer para lutar pelo direito de ser gente, de ser cidadão.

A travessia do Atlântico dos meus ancestrais me oportunizou e impulsionou a fazer essa narrativa, então desejo fazê-la de forma a disputar à narrativa e o lugar de fala, pois sei que muitas vezes a academia não tem dentre os seus interlocutores representantes dos segmentos das populações tradicionais.

Portanto, é sempre bom lembrar que as décadas de 80 e de 90 foram muito importantes para o empoderamento do termo quilombo como lugar de liberdade e resistência no Brasil, bem como de suas lideranças.

O renascer do tema quilombo na constituição de 1988 fez com que eu tivesse a oportunidade de fazer parte da articulação de comunidades quilombolas do Estado de São Paulo e de vários Estados do Brasil atuando como liderança de Ivaporunduva, podendo participar das trocas de experiências entre essas comunidades.

E foi assim que iniciei minha trajetória política de luta pelas terras quilombolas participando de vários espaços de interlocução do tema, seja no âmbito municipal, de esfera local, regional, nacional ou ainda internacional.

Outrossim, não menos importante foi minha trajetória no meio acadêmico tendo iniciado no final dos anos 90 um curso superior de antropologia cultural na Universidade Salesiana de Quito no Equador, foi nessa oportunidade que tive contatos com outros quilombos da América Latina mas infelizmente por fatores alheios a minha vontade não consegui concluir o curso, não desisti da academia comecei a estudar Direito na Faculdade de Direito de Itu no interior do Estado de São Paulo, onde estudei até o 5º ano, no entanto, por questões de saúde na família acabei não terminado o curso de direito no último semestre.

Fiquei por muitos anos conhecido na direção da Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ) como advogado dos quilombos, mas ainda não tinha concluído o curso nem era bacharel, confesso que essa frustração só foi superada porque alguns amigos me deram a oportunidade de retomar o curso e pagaram as mensalidades que não foram baratas na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) onde quinze anos depois de ter iniciado o curso de Direito consegui terminar.

Isso faz de mim o advogado da (CONAQ) que ainda mora no quilombo e participa do dia a dia comunitário usando sempre o instrumento do direito como ferramenta para fortalecer a luta quilombola no Brasil.

Esses momentos foram muito importantes, pois me deram muitas oportunidades de aprendizado com os diálogos e trocas de saberes e que pretendo destacar os momentos mais importantes dessa trajetória no decorrer deste trabalho.

Tive oportunidade de representar os quilombos no Conselho Curador da Fundação Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) no ano 1999 a 2001, órgão responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do estado de São Paulo, Conselho da Fundação Cultural Palmares ligada ao Ministério da Cidadania, ano de 2005 a 2011 órgão voltado para a promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, e no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) de 2010 a 2013

Esses espaços sejam eles nos âmbitos municipal, estadual ou nacional, deu-me a oportunidade de defender o tema quilombo porque existe uma certa resistência velada por setores governamentais que não se sentem a confortáveis em debater terras de quilombos

Neste contexto tive a possibilidade de contribuir para a criação da política nacional de quilombos no ano de 2003, onde de fiz parte do comitê interministerial que criou o decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o procedimento administrativo para a regularização, demarcação e titulação das terras quilombolas e a Política Nacional para Quilombos (Programa Brasil Quilombola). Foram momentos difíceis, pois parte da sociedade desconhecia o que são quilombos e como os quilombolas utilizam suas terras de seus antepassados.

Além dessas experiências, também pude integrar o comitê permanente de desenvolvimento territorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) por um grande período. Isso me permitiu ter uma leitura da contribuição prática dos quilombos ao desenvolvimento territorial que pretendo demonstrar em capítulo específico.

Fazer parte dessa história representa um grande desafio, pois hoje teoria e prática estão sendo colocada a prova a cada momento. É este desafio que vou percorrer nessa dissertação.

Ressalto que a escolha do programa MADE/UFPR para a realização dessa pesquisa tem permitido uma grande interlocução com vários pesquisadores e temáticas devido ao seu caráter interdisciplinar que permite o diálogo com vários saberes. Como já dito, espero que essa pesquisa se transforme em uma ferramenta para a luta da população quilombola.

1.2 O PROJETO DE PESQUISA E SEUS OBJETIVOS

O projeto de pesquisa e recursos metodológicos estão ligados ao tema que pretendo abordar na pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento em título Mestrado - MADE - Universidade Federal do Paraná tem como foco o desenvolvimento territorial em terras quilombolas e seus

saberes locais, portanto, vou dialogar sobre as terras quilombolas como espaço de planejamento territorial, espaço de bem viver.

A pesquisa que desenvolvi teve como justificativa a importância do tema quilombos e territórios. Tal tema visa contribuir com a academia e a sociedade, em especial ao povo Quilombola, que poderá se apropriar de seus resultados e utiliza-los como ferramenta para o fortalecimento de sua luta histórica como também o seu empoderamento político e de gestão territorial.

Ao rememorar a história do povo negro obtendo conhecimento da luta de meus ancestrais para a conquista da terra, fortalecendo o sentimento de pertença e o valor de ser negro, permitiu fazer análise da construção histórica do atual cenário jurídico nacional no que se refere à terra quilombola mesmo sabendo que ainda existe comunidades que não sabem que tem esses direitos garantidos na Constituição do Brasil.

Desta forma, foi de suma importância focar a pesquisa ora projetada em uma reflexão mais aprofundada sobre a importância do processo de luta e de reivindicação da terra como expressão de reconquista da liberdade e da dignidade, como também, no processo de apropriação simbólica do que significa a terra quilombola para seus ocupantes, nos seus aspectos socioambientais para as presentes e futuras gerações e a análise das ameaças de retrocessos nos direitos historicamente conquistados.

Como objetivo geral pretendo analisar a dinâmica social que os quilombolas de Ivaporunduva estabeleceram e estabelecem em seu território na busca da manutenção de seus modos de vidas a partir da autonomia na concretização da gestão ambiental.

Como objetivos específicos: a) apontar a importância do planejamento ambiental territorial quilombola que envolve a estratégia de autogestão; b) discorrer sobre a relação do povo quilombola com a natureza e com seu território - como um território de vida e de resistência – para a garantia da continuidade das práticas cotidianas e dos modos de existir; c) analisar a gestão territorial da comunidade quilombola Ivaporunduva na perspectiva de bem viver.

1.3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Adotei como método a pesquisa qualitativa, em especial, a observação participante, já que todas as reflexões aqui apresentadas são resultado da minha participação direta em duas esferas de atuação: primeiro, pelo processo de luta pelo reconhecimento das políticas nacionais para titulação da terra quilombola mais amplo; segundo, pela participação em reuniões e assembleias na própria comunidade de origem e na observação e vivência sobre o modo de produção tradicional e a relação com o território que garante os meios de reprodução física e cultural da comunidade.

Como o tema do planejamento territorial atravessa toda essa pesquisa, o trabalho é organizado em três eixos principais: 1) aspectos relacionados a maneira como era feita a ocupação do territórios antes das titulações, como também depois delas; 2) aspectos relacionados a como eram feitas as roças tradicionais e como eram usadas as áreas de uso coletivo; 3) nesse último eixo buscarei dialogar com os dois eixos anteriores ao apresentar e refletir sobre a organização política e administrativa de associações quilombolas que atualmente são responsáveis pelo planejamento da gestão do território quilombola a partir do que nossa comunidade denomina como grupos de apoio.

Os instrumentos utilizados para realizar essa pesquisa foram entrevistas, rodas de conversa, fontes documentais e teóricas, e pesquisa bibliográfica.

Importante ressaltar que utilizei como material utilizado como referência foi o Estatuto da Associação Quilombo Ivaporunduva de 2010 e o Regimento Interno, mais conhecido como nosso Protocolo Comunitário, que elaborado no ano de 2019 no qual tive oportunidade de colaborar como sujeito e como o assessor jurídico, além de contribuir para redigir a minuta e posterior registro em cartório. No trabalho de campo entrevistei cinco lideranças: três homens e duas mulheres, todas do quilombo Ivaporunduva. Cada uma delas tem uma história de vida e luta bastante conhecida dentre os quilombos do Vale do Ribeira e de outros estados da federação

Agora nessa oportunidade vou falar um pouco o que faz; começando por Araci Atibaia Pedroso tem 75 anos várias vezes, dirigente da igreja, é serviços comunitários da comunidade também e da associação atuou como liderança também como fiscal e como secretaria da associação do quilombo;

Bendito Alves da Silva, 66 anos, é monitor ambiental, guia local de turismo quilombolas, agricultor familiar, liderança nacional dos quilombos sempre atuando nos conselhos estaduais e municipais, defendendo os quilombos do Vale do Ribeira e do Brasil;

Vandir Rodrigues da Silva, 68 anos, guia, é monitor ambiental no parque caverna do diabo e no quilombo Ivaporunduva, agricultor familiar, liderança conhecida por atuar nas questões das roças tradicionais onde ocupa o cargo de coordenador do grupo de trabalho das roças, por várias vezes foi membro da direção da Associação do Quilombo;

Paulo Silvio Pupo, 42 anos, é gestor ambiental, técnico em turismo, técnico agrícola, funcionário público municipal, especialista na área de licitações e contratos, educador ambiental, foi coordenador geral da Associação do quilombo, é guia do parque caverna do diabo e liderança nacional dos quilombos;

Neire Alves da Silva, 40 anos, é gestora ambiental, liderança do movimento de mulheres, coordenadora do grupo de trabalho de turismo, agricultora familiar, liderança dos quilombos do Vale do Ribeira.

Como deve já ter sido percebido, a preocupação central que estimulou essa pesquisa é a seguinte: como vem sendo realizado o planejamento territorial desse território do Quilombo Ivaporunduva? Uma série de questões surgiu dessa preocupação central. Como era a ocupação e o uso do território no passado? Como eram tomadas as decisões no passado? Como são tomadas as decisões sobre a gestão atualmente? O que mudou nesse processo de gestão após a titulação? Antigamente era diferente? Como eram feitas as roças e outros cultivos nas áreas de usos coletivos? Como são feitas hoje? Qual o papel dos grupos de apoio ligados à Associação Quilombola na gestão do território atualmente?

Em relação à pesquisa de campo com lideranças do quilombo Ivaporunduva, gostaria de relatar o desafio de fazer entrevista com pessoas com quem convivo no dia a dia. Entendo que as pessoas desempenham suas tarefas diárias com dinâmicas próprias e em horários que não são como os de fábrica, mas devo admitir que não foi fácil a experiência de marcar e ter que desmarcar entrevistas. Pesquisadores que desenvolveram pesquisa no quilombo sempre foram alertados de que tinham que obedecer ao tempo da comunidade e aos processos de assimilação, e comigo não foi diferente e eu tive de me adequar a essa dinâmica.

O caminho de se chegar aos três eixos que norteiam essa pesquisa foram no primeiro momento encontrar uma linguagem adequada para cada entrevistado de forma que eu conseguisse transmitir de maneira bem simples o objetivo da pesquisa. Fiquei muito feliz pelo apoio recebido da Associação Quilombo Ivaporunduva e que esse trabalho de dissertação seja um instrumento para melhor apropriação dos conteúdos tratados na vida cotidiana e que volta e meia vem para o debate da Assembleia Geral de forma desencontrada. No entanto, as tarefas propostas não se esgotam com a escrita de um texto dissertativo.

O processo de empoderamento dos quilombolas está em conhecer o seu território onde vivem e suas dinâmicas diárias desde as atividades do turismo quilombola até as práticas das roças tradicionais, ou melhor, sistema agrícola tradicional das roças quilombolas¹ e os funcionamentos dos grupos de trabalho de apoio administrativo da Associação.

O roteiro de entrevista foi elaborado conforme os eixos acima citados dividido em blocos e com as seguintes questões:

1. Como era morar na comunidade antes de ser reconhecida como comunidade de quilombo? Como e de que maneira viviam?
2. Como era a divisão das terras? De quem eram as terras? Como se faziam as roças?
3. Como foi que a comunidade se organizou para conseguir a demarcação e titulação das terras?
4. O que mudou com a titulação e como a comunidade utiliza as terras hoje?
5. O que você acha dos grupos de apoio administrativo da associação? Turismos/artesanato /banana/roça/trocas de mudas e sementes criolas? Estão dando contas das tarefas que a Coordenação/ Assembleia definiram?
6. O que a comunidade deve fazer para manter os jovens na comunidade?
7. Como você imagina a comunidade daqui 20 anos?

As questões de 1 a 4 são relacionadas ao tema do primeiro eixo do planejamento territorial. Já a questão 5 tem como foco relacionar as 4 primeiras questões com o segundo eixo do planejamento territorial.

¹ Este Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira, foi recentemente reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), pois se trata de um sistema muito característico (SANTOS, 2019, P. 11).

Nas questões 6 e 7 focou-se em buscar as visões de futuros das lideranças para melhor esclarecer do que trata o tema de minha pesquisa onde pretendo afirmar que no quilombo Ivaporunduva se faz gestão territorial numa perspectiva de bem viver e que essa prática está sendo registrada em uma pesquisa acadêmica por um quilombola membro da comunidade.

As entrevistas tiveram sempre três momentos, sendo que no primeiro momento comuniquei a comunidade que eu estaria registrando um pouco da história da comunidade contada por nós mesmos para um trabalho acadêmico na Universidade Federal do Paraná com a finalidade de receber o título de mestre por esta academia. No segundo momento conversei com as lideranças para saber se estavam interessados em contribuir com esse trabalho disponibilizando parte de seu tempo para uma entrevista e, por fim, no terceiro momento foi de acertar a melhor data e horário das entrevistas.

Já durante o processo das entrevistas também acabei criando um “quarto momento” no qual fiz uma devolutiva das entrevistas aos entrevistados e entrevistadas para que eles e elas pudessem dar os seus “de acordo”, ou seja, se foi aquilo mesmo que tinham falado nas transcrições e se tinham algo a acrescentar ou tirar.

Neste sentido apresento no capítulo 2 o surgimento da proteção constitucional das terras coletivas dos quilombolas na esfera do direito na modernidade onde pretendo expor as garantias do direito as terras quilombolas e a titulação das terras quilombolas de Ivaporunduva. No capítulo 3 pretendo dialogar sobre a gestão territorial para bem viver. E encerro com as considerações finais no capítulo 4.

CAPÍTULO 2: O SURGIMENTO DOS QUILOMBOS PARA O DIREITO NA ATUALIDADE

No final do século passado, o reconhecimento de direitos diferenciados de povos e comunidades quilombolas emerge na esfera de novos direitos com status constitucional em alguns países da América Latina e Caribe, graças às lutas sociais quilombolas e aos processos de resistência e permanência dos quilombolas em seus territórios.

Dependendo do país, as comunidades quilombolas receberam várias denominações: No Brasil, ficaram conhecidas como terras de pretos, mocambos e quilombos. Na região da América de antiga colonização espanhola, essas comunidades ficaram conhecidas como palenques ou cumbes, enquanto na região de antiga colonização inglesa, ficaram conhecidas como marrons, na região de antiga colonização holandesa, como bush, ou marrons; e na região de antiga colonização francesa, como marronage. (TRECCANI, 2015, p. 59)

Nesse contexto, em 1987, a Constituição da Nicarágua reconheceu o direito às terras da costa atlântica ocupadas por comunidades negras de maneira coletiva, em seus artigos 89 a 91, garantindo as formas comunais de propriedade das terras. O procedimento para titulação dessas terras está regulamentado pela Lei n. 445 de 2002.

Em 1988, o Brasil inaugurou sua tímida reparação, cem anos após a abolição, garantido constitucionalmente os direitos quilombolas às terras coletivas, de acordo com o artigo 68 dos atos das disposições constitucionais transitória da constituição de 1988. Este artigo determina que: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Art. 68 ADCT /CF 88.”

Em 1991, na Colômbia, reconheceu o direito de quilombolas que vivem na região do pacífico às terras coletivas, de acordo com o enunciado no artigo 55 dos atos transitórios da constituição. Posteriormente, esse direito veio ser regulamentado por meio de lei e decretos os quais orientam os procedimentos administrativos relativos à aplicação desse direito.

No finalzinho do século passado, em 1998, o Equador reconheceu o direito às terras de uso coletivo ao povo negro, segundo os artigos 83 e 85 da constituição equatoriana. Este reconhecimento foi fruto de muitas lutas realizadas por organizações afro-equatorianas, sendo essas garantias mantidas na nova Constituição de 2008 (artigo 6º das disposições constitucionais transitórias).

Em 2004, em Honduras, após muitas lutas reivindicativas, os quilombolas conseguiram a garantia do direito às suas terras, nos termos no decreto-lei n. 82 de 2004. Esta é a chamada Lei da Terra a qual especifica que as terras de comunidades quilombolas devem ser tituladas de forma coletiva.

É sabido que esses reconhecimentos de direitos territoriais de comunidades e povos quilombolas não ‘caíram do céu.’ Muitos atores contribuíram para esta conquista e, sem dúvidas, a permanência dos quilombos em seus territórios tradicionais sempre foi e será umas das maiores resistências de comunidades negras fora da África. Assim, as diversas batalhas travadas nos territórios de resistências fizeram com que os quilombolas conquistassem essa garantia.

O reconhecimento normativo de direitos territoriais quilombolas compreende a significação de formas coletivas de utilizações de territórios que moldam de maneira especial outras formas de economia frente aos modos individuais de apropriação de acumulação riquezas. Neste contexto, se torna possível o diálogo entre saberes científicos da academia e saberes locais, sejam esses sobre ecossocioeconomia², alternativas, economia solidaria e outros temas correlacionados aos movimentos de resistência contra o capital.

Bem como tal reconhecimento normativo integra a inter-relação que as comunidades e os povos quilombolas estabeleceram com o meio ambiente onde vivem. Essas inter-relações são baseadas em pertencimentos e resistências. Basta voltar o olhar para os territórios para perceber que esses locais ainda são os grandes produtores de vida e protetores das águas, das florestas, como também de outros recursos naturais. Conforme a professora Carolinas dos Anjos de Borba:

² O termo *ecossocioeconomia* foi cunhado por [Karl William Kapp](#), economista de origem [alemã](#) e um dos mais brilhantes inspiradores da [ecologia política](#) nos [anos 1970](#). Há mais de trinta anos Ignacy Sachs lançou alguns dos fundamentos do debate contemporâneo sobre a necessidade de um novo [paradigma de desenvolvimento](#), baseado na convergência entre [economia](#), [ecologia](#), [antropologia cultural](#) e [ciência política](#).

Os quilombos exprimem uma realidade bem peculiar nos âmbitos de localidades rurais, tanto em termos de suas condições de existências quanto de sua formação. Isso implica em reconhecer não apenas os quadros das necessidades que historicamente se achem submetidas, como também suscita compreensão da cosmologia que codifica esses grupos. (BORBA, ,2008 p18)

Entretanto, as salvaguardas dos direitos constitucionais hoje conquistados pelos quilombolas não são suficientes para garantir a sua efetivação na América Latina e caribenha, pois as investidas do capital sobre os territórios são constantes, desafiando o poder de resistência dos povos quilombolas.

Assim, outros marcos normativos, como os tratados e convenções internacionais, trazem garantias as quais são utilizadas para assegurar direitos conquistados pelos quilombolas. Entre essas, cita-se especialmente a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).1989

A referida convenção tornou-se um instrumento de tamanha importância sobre o debate das terras coletivas nas Américas e caribenhas por reconhecer a condição de ser e viver de povos indígenas e tribais. Nesse contexto, os quilombolas também utilizam esse valioso instrumento para defesa de seus territórios.

Decisões importantes no âmbito internacional têm reconhecido a aplicabilidade da Convenção 169 a OIT no reconhecimento de direitos quilombolas. Por exemplo, a Corte Constitucional da Colômbia, assim como a jurisprudência colombiana, tem reconhecido que os afro-colombianos que vivem na zona rural e utilizam suas terras de maneira coletivas são sujeitos dos direitos resguardados na Convenção 169 da OIT, como expressa a decisão abaixo:

(...) Está claro, que los pueblos que han venido ocupando las zonas rurales ribereñas de las Cuenca del Pacífico tienen derecho a la delimitación de su territorio, y que esta comporta el derecho de las comunidades negras a utilizar, conservar y administrar sus recursos naturales, no sólo porque las previsiones del Convenio 169 de la OIT, a las que se ha hecho referencia, así lo indican, sino porque el artículo 55 Transitorio de la Carta reconoce en estos pueblos, de antemano, la conciencia de identidad tribal, criterio fundamental, aunque no único, para que opere dicho reconocimiento, en los términos del artículo 1° del instrumento internacional. (Sentença T-955 de 2003).

A Corte Internacional de Direitos Humanos também reconheceu no caso do Povo Saramaka Vs. Suriname, em 2007, que:

La Corte no encuentra una razón para apartarse de esta jurisprudencia en el presente caso. Por ello, este Tribunal declara que se debe considerar a los miembros del pueblo Saramaka como una comunidad tribal y que la jurisprudencia de la Corte respecto del derecho de propiedad de los pueblos indígenas también es aplicable a los pueblos tribales dado que comparten características sociales, culturales y económicas distintivas, incluyendo la relación especial con sus territorios ancestrales, que requiere medidas especiales conforme al derecho internacional de los derechos humanos a fin de garantizar la supervivencia física y cultural de dicho pueblo. (Caso Saramaka Vs. Suriname, 28/11/2007).

No Brasil, mesmo diante da garantia constitucional de direitos quilombolas, os quilombos seguem uma trajetória de lutas para garantirem o cumprimento de seus direitos constitucionais e a concretização do tão sonhado direito à terra quilombola e ao reconhecimento de todas as comunidades espalhadas pelo país. Em meio a essa luta, enfrentam a resistência de setores da sociedade contrários aos seus interesses.

Neste capítulo, pretendo voltar um pouco no tempo, para depois voltar à atualidade. Para isso, pretendo tratar de temas como a escravização de africanos e sobre existências, conceitos, denominações e a garantia de direitos a partir da Constituição Federal de 1988.

Nas interpretações do termo ‘quilombo’, este aparece no sentido de insurreição. A compreensão de ‘quilombo’ emerge a partir de um processo de criminalização, figurando assim como objeto principal a proibição de qualquer agrupamento de negros fora das dependências das fazendas onde deveriam permanecer na condição de escravos. Essa concepção é indicada na seguinte definição do Conselho Ultramarino em resposta à consulta sobre quilombos feita pelo Rei de Portugal, em 1740: “Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.” (Revista Brasileira de Geografia, outubro–dezembro de 1962, p. 79)

Neste sentido, a garantia estabelecida pela constituição de propriedade de terras quilombolas tem um significado especial para o povo negro. O

reconhecimento do direito de ser proprietário de uma terra titulada e registrada é a reparação tardia e devida pelo Estado brasileiro.

Ademais, a relação entre os indivíduos de uma comunidade quilombola e a sua terra não se enquadra no paradigma clássico do direito civil, baseado no direito de propriedade privada. Desse modo, são necessárias “novas” categorias de pensamento para uma compreensão que se aproxime minimamente do que a terra significa e representa para as comunidades quilombolas. Na grande maioria dos casos, as terras quilombolas não são objeto de apropriação privada e de uso exclusivo, ao contrário, são de posse e uso coletivo, pois não há glebas de domínio privado, apenas áreas destinadas à produção familiar, ou, áreas essencialmente comuns. Souza Filho (2003, p. 133) ensina que:

A transformação da terra em propriedade privada absoluta e individual foi um fenômeno da civilização europeia, histórico, recente e datado, espalhado pelo colonialismo do resto do mundo. É uma construção teórica excludente que foi levada à prática como princípio de dominação de uns sobre outros.

O direito à liberdade de ter propriedade foi negado ao povo negro, isso porque os escravizados foram a propriedade de alguém por mais de 300 anos de escravidão, sofrendo etnocídio, além de sofrerem uns dos mais perversos crimes de lesa humanidade cometido contra os africanos. Essa conquista de permanecer no território garantida através do direito torna-se um dos primeiros passos da tão esperada reparação aos afro-brasileiros. Conforme aponta Shiraishi Neto (2013, p. 130):

Aos quilombos foi negado o acesso a essa forma de propriedade privada da terra. No entanto, paradoxalmente, foi o que lhes garantiu a sua produção e reprodução social, econômica, cultural e ambiental. E, à margem do direito, os quilombos lograram seus objetivos, permanecendo nos territórios.

Contudo, ter consciência de ser negro num país que ainda não superou a realidade de ser pluriétnico, com diversidades de culturas, com maneiras de viver diferentes torna-se um desafio sem igual Alinhado a esse cenário há uma resistência de setores organizados contrários aos direitos dos quilombolas, seja no Congresso

Nacional, seja no Supremo Tribunal Federal e que ainda se utilizam do poder público como ferramenta para praticar uma espécie de racismo institucional.

É de se considerar que, em meio às relações de poder assimétricas que pesam contra os quilombolas, há também processos de luta para afirmação de direitos quilombolas, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Os quilombolas, sempre que puderam, estiveram presentes e não mediram esforços para se fazerem representar nas figuras de seus valentes militantes, sejam esses jovens, mulheres e homens que nunca se deram por vencidos, mesmo estando tombados ao chão.

Um dos resultados mais importantes dessa luta resultou na edição do Decreto n. 4.887 de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Na oportunidade, integrei o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI).

O GTI tinha por finalidade rever decreto 3912, que tratava dos procedimentos para titulação das terras das comunidades quilombolas, que hora era repudiado pelo movimento quilombola e demais organizações do movimento negros, propor nova regulamentação para o reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação, registros imobiliários das terras quilombolas e implementar o desenvolvimento das terras já reconhecidas e tituladas seja pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

Neste grupo de trabalho contamos com a participação de seis lideranças dos quadros de direção da coordenação nacional de articulação das comunidades negras rurais (CONAQ). como estratégia ficou assim distribuído um representante da região sul, um do sudeste, dois do nordeste, um do centro oeste e um do norte isso para contemplar as diferenças regionais considerando as convivências que as comunidades quilombolas exercem nos biomas onde vivem.

No Decreto 4.887/2003, conseguimos elaborar um conceito mais próximo de quilombos na atualidade, reconhecendo as gentes que vivem nas comunidades quilombolas como grupos étnico-raciais, com trajetória histórica própria, segundo critérios de autoatribuição, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

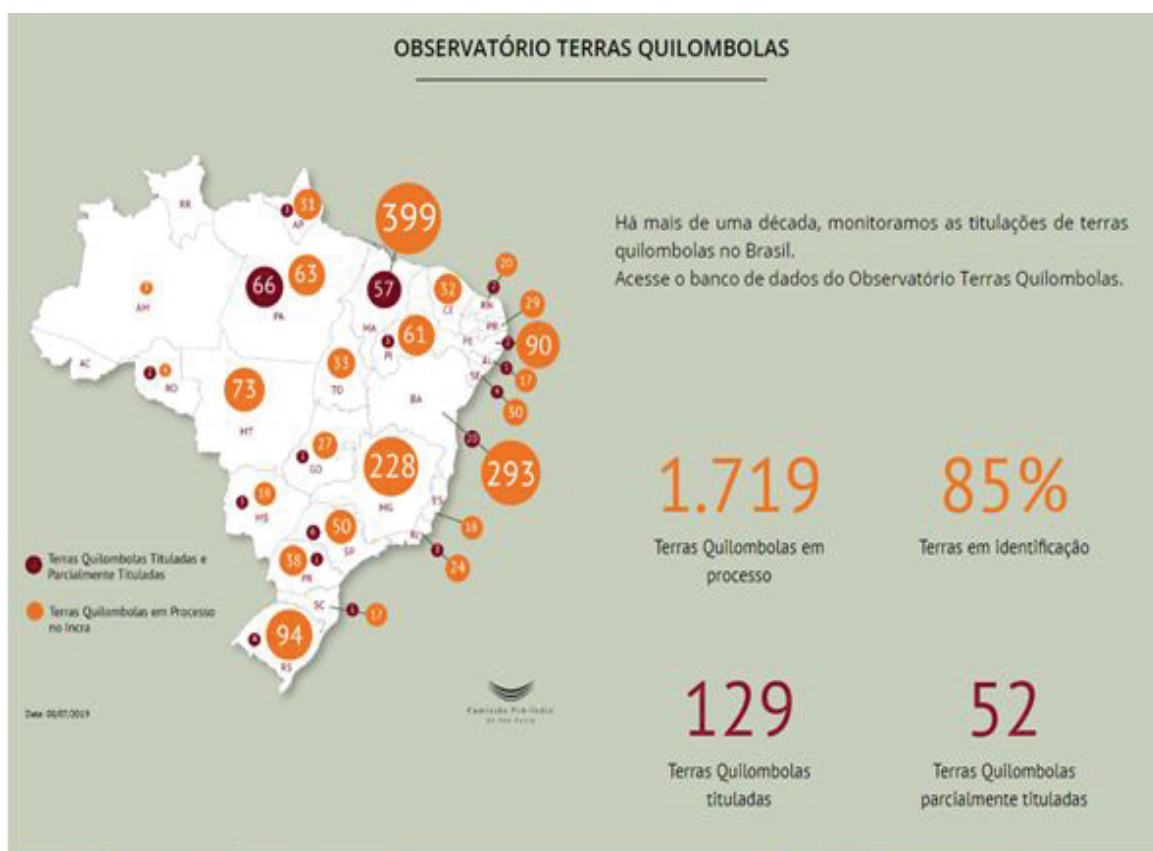
Além disso, o decreto trata do direito à terra no intuito de garantir que sejam utilizadas para a sua reprodução física, social, econômica e cultural, é importante ressaltar que, cabe à comunidade atestar sua caracterização mediante autodefinição pela própria comunidade. Bem como, essa garantia ainda passa por processo de certificação pela Fundação Cultural Palmares, fundação essa ligada ao Ministério da Cultura.

O movimento quilombola, por meio de seus integrantes no GTI, naquele momento, pôde incluir no debate os institutos da Convenção 169 da OIT, ampliando a concepção sobre terras quilombolas. Pôde-se também dar uma maior amplitude à concepção de terras quilombolas em todas as suas dimensões, seja para reprodução física, social, econômica e cultural/espiritual, sendo atestada mediante autodefinição da própria comunidade, incluindo-se as medições e autodemarcações das terras segundo os critérios de territorialidade, conforme a organização social de cada comunidade quilombola. Ademais, assegurou-se aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

Para fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos deverão receber dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura.

A luta do movimento quilombola ensejou na elaboração de um programa voltado para os quilombos, sendo conhecido como Programa Brasil Quilombola instituído pelo decreto 6261/2007, o qual trata da gestão integrada para o desenvolvimento de uma Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola. Assim como o referido Decreto dispõe que as ações que constituem a Agenda Social Quilombola devem ser implementadas por meio do Programa Brasil Quilombola, onde serão desenvolvidas de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida e acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em comunidades de quilombos no Brasil.

FIGURA 3: MAPA ILUSTRATIVOS DOS PRECÇOS DE TITULAÇÕES



FONTE: COMISSÃO PRO-ÍNDIO (<http://cpisp.org.br/>)

Entretanto, faz importante identificar que existem entraves que permanecem no âmbito dos processos administrativos com uma minguada destinação de recursos financeiros com vistas à regularização fundiária desses territórios. Atualmente, segundo estimativas da Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), existem mais de seis mil comunidades remanescentes de quilombo em todo o território brasileiro, mas apenas 1719 processos abertos, 129 terras quilombolas e 52 titulações parciais. desde da conquista do Artigo 68 na Constituição Federal de 1988 (CPI-SP, 2020).

Passados 131 anos da Abolição da Escravatura e 30 anos do Artigo 68 dos ADCT da Constituição de 1988, a garantia de direitos dos territórios quilombolas, ainda são poucos quilombos com títulos de suas terras. Soma-se à morosidade dos processos demarcatórios, os recentes e atuais ataques e ameaças por parte de setores da sociedade contrários ao modo de vida quilombola, especialmente por parte da Frente Parlamentar do Agronegócio.

No ano de 2004 esses setores organizados entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade(ADI), através Partido Democratas (DEM), antigo Partido da Frente Liberal (PFL), por conta do inconformismo relacionado ao tratamento dado às terras quilombolas no refere ao disposto na Constituição de 1988 pelo artigo 68, que garante o direito à propriedade das terras para quilombos.

A ADI 3.239/2004 alegava primeiramente que o Decreto 4.887/2003 estaria ferindo o princípio de “reserva legal”, já que a matéria teria que ser regulamentada em lei, e não via decreto do poder executivo, excluindo assim das garantias estabelecidas no caso da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, que foi aprovada pelo Decreto Legislativo 143/2002 e ratificada pelo Decreto 5.051/2004.

Também foi questionado o instituto de desapropriação de propriedades de terceiros por interesse social, alegando que feria o direito à propriedade, o que foi rebatido pela Ministra Rosa Weber. Segundo o voto da Ministra, a interpretação do artigo 68 do ADCT:

... passa, pois, pela perspectiva de sua íntima relação com o disposto nos arts. 215 e 216 do corpo da Constituição da República. Nessa medida, a compreensão sistemática da Carta Política não só autoriza como exige, quando incidente título de propriedade particular legítimo sobre as terras ocupadas por quilombolas, seja o processo de transferência da propriedade para estes mediada por regular procedimento de desapropriação. E esse imperativo constitucional é preservado pelo art. 13 do Decreto 4.887/2003. (BRASIL, 2018, p.51).

A demora do desembaraço da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em validar a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003 e a esperança em a referida decisão considerasse o reconhecimento do acesso à terra para quilombolas como direito humano, como instrumento de combate ao racismo, além de ser afastado a possibilidade de aplicação do marco temporal para titulação de territórios quilombolas (PRIOSTE, 2018), o que era fonte de grande preocupação por parte do movimento não apenas quilombola, como os povos indígenas.

Apenas os Ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes votaram pela aplicação dessa tese, que estabelece que só teriam direito às terras as comunidades que tinham sua posse em 5 de outubro de 1988. O Ministro Ricardo Lewandowski afirmou que a proposta de marco temporal apresentada pelo Ministro Dias Toffoli impunha às comunidades quilombolas a obrigação de

produzir uma "prova diabólica", impossível de ser obtida na prática. Obrigar as comunidades a provar que foram expulsas da terra de forma violenta seria, na verdade, impedir o exercício do direito e desconsiderar a notória opressão histórica a que as comunidades quilombolas estão submetidas. (PRIOSTE, 2018)

Nossa luta tomou uma dimensão em que tivemos que fazer alianças com temas socioambientais. Essa articulação nem sempre estabelece interfaces com movimentos de cunho ambiental, o que também tem se mostrado estratégico para legitimar a luta pelos direitos étnicos e territoriais das comunidades (PERALTA, 2012).

Mas o fato é mesmo que ainda essas alianças não sejam com redes ou movimentos explícita ou especificamente ambientalistas (MARTINEZ ALIER, 2007), o movimento quilombola tem seguido uma tendência de movimentos sociais dos países do Sul, como nos afirma Leff (2008):

Por sua vez, os movimentos ambientalistas nos países pobres surgem em resposta à destruição da natureza e ao esbulho de suas formas de vida e de seus meios de produção; são movimentos desencadeados por conflitos sobre o acesso e o controle dos recursos; são movimentos pela reapropriação social da natureza vinculados a processos de democratização, à defesa de seus territórios, de suas identidades étnicas, de sua autonomia política e sua capacidade de autogerir suas formas de vida e seus estilos de desenvolvimento. (p. 114)

O que mais intrigou os setores organizados da sociedade brasileira foram as questões relacionadas ao critério de autoatribuição da identidade quilombola e figurou como principal alvo da ADI 3.239/2004. Alegava-se que a aparente flexibilidade de tal critério suscitaria a ação de oportunistas para obterem acesso indevido a terras. Esse argumento demonstra total desconhecimento sobre a dinâmica social do povo quilombola

No entanto, tanto o Decreto 4.887/2003 como as demais normas de reconhecimento, delimitação e titulação de territórios quilombolas estão longe de serem flexíveis, impondo, aliás, inúmeras etapas ao reconhecimento e efetivação do direito quilombola, como veremos com mais detalhes adiante. Sobre esse ponto, vejamos o voto do Ministro Barroso:

Penso que o decreto é perfeitamente válido do ponto de vista formal. Também penso que o critério de autodefinição igualmente impugnado é perfeitamente válido. Aqui, como em qualquer outra situação da vida, a autodeclaração, ou autodefinição, não é uma carta branca para a fraude, portanto, mesmo nas questões raciais, nós aqui assentamos que a condição racial de cada um se faz por autodeclaração, mas se, evidentemente, houver fraude, é possível, por formas legítimas, desfazer-se a fraude.

Aqui, no caso da autodefinição, é preciso registrar que a autodefinição feita pela comunidade quilombola é apenas o ponto de partida de um procedimento – eu contei – que é feito em 14 fases, que inclui laudo antropológico, inclui manifestação do INCRA e inclui manifestação de todos os interessados. Logo, eu acho que é perfeitamente possível expurgar-se uma fraude que eventualmente pudesse ocorrer, que, aliás, era um dos outros argumentos, a possibilidade de fraude. A ideia de que pudesse haver fraude é um pouco fantasiosa, porque era preciso enganar muita gente! E era preciso que a Comunidade Quilombola conseguisse criar uma sociedade puramente imaginária para se argumentar que há fraude. Ela teria que documentar um modo de produção econômica, as relações com os antepassados, teria que simular os cemitérios que geralmente se encontram nessas comunidades. Então, eu penso que a possibilidade de fraude envolveria muitos erros ou muitos conluios para que pudesse ocorrer. De modo que eu também descarto esse terceiro fundamento. (BRASIL, 2018, p. 219-220)

Mas o que também não devemos esquecer é que a relação entre os indivíduos de uma comunidade quilombola e a sua terra não se enquadra no paradigma clássico do direito civil, baseado no direito de propriedade privada. São necessárias “novas” categorias de pensamento para uma compreensão que se aproxime minimamente do que a terra significa e representa para as comunidades quilombolas.

Na grande maioria dos casos, as terras não são objeto de apropriação privada e de uso exclusivo, ao contrário, são de posse e uso coletivo, pois não há glebas de domínio privado, apenas áreas destinadas à produção familiar, ou áreas essencialmente comuns.

Nesse sentido, é de se ressaltar a maneira como os quilombolas concebem as suas terras, que geralmente são um espaço de vida e bem viver pensando nas presentes e futuras gerações, marcando assim um território de vida. Assim, quando o Estado titula uma terra quilombola e ou demarca uma terra indígena, essas terras saem do mercado e não voltam mais. Essa é, portanto, a grande questão da não titulação das terras quilombolas e da demarcação das terras indígenas.

Além dos argumentos contrários ao Decreto 4.887/2003 apresentados pela ADI 3.239/2004, vou ilustrar um panorama ao meu ver bastante significativo e

ilustrativo para a conjuntura quilombola e assim enumerar quais são as partes inscritas no processo na figura de *amici curiae* (ver quadro 1) e os setores que representam.

QUADRO 1. LISTA DOS *AMICI CURIAE*, DIVIDIDOS ENTRE FAVORÁVEIS OU CONTRÁRIOS À CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO 4887/2003

Favoráveis à constitucionalidade do Decreto	Contrários à constitucionalidade do Decreto
Instituto Pro Bono	Estado de Santa Catarina
Conectas Direitos Humanos	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
Sociedade Brasileira de Direito Público – SBDP	Confederação Nacional da Indústria
Centro Pelo Direito à Moradia Contra Despejos – Cohre	Associação Brasileira de Celulose e Papel – Bracelpa
Centro de Justiça Global	Sociedade Rural Brasileira
Instituto Socioambiental – Isa	
Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – Polis	
Terra de Direitos	
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará – Fetagripara	
Estado do Pará	
Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola	
Koinonia Presença Ecumênica e Serviço	
Associação dos Quilombos Unidos do Barro Preto e Indaiá	
Associação de Moradores Quilombolas de Santana - Quilombo de Santana	
Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Mato Grosso Do Sul	

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra	
Estado do Paraná	
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB	
Instituto de Advocacia Racial e Ambiental – Iara	
Clube Palmares de Volta Redonda – CPVR	

FONTE: Brasil (2018).

Das 25 instituições/organizações “amigas da corte” que se propuseram a fornecer dados e aspectos de relevância para instruir os votos dos(as) Ministros(as) do STF, nota-se que apenas cinco se colocavam como contrárias à manutenção do referido Decreto. Apesar de seu número reduzido, representam setores que historicamente detêm grande capital político e econômico, a saber: a Sociedade Brasileira Rural, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

É muito importante para nós quilombolas identificar que são historicamente nossos grandes opositores estado de Santa Catarina de onde vem ninguém menos que Deputado Federal Valdir Collato (PMDB/SC), autor do Projeto de Decreto Legislativo n. 44/2007, que propõe a sustação do Decreto 4.887/2003 e de todos os processos administrativos vinculados a ele, o que anularia os poucos títulos emitidos com base no marco legal vigente.

Para termos uma ideia de qual é o lugar de fala do deputado, em junho de 2007, em plenário na Câmara dos Deputados de Santa Catarina, Collato lançou o Movimento dos Com Terra (MCT).

Como nos descreve Almeida (2005), não é difícil imaginar o temor que as demandas territoriais quilombolas provocam nesses atores, que não costumam medir esforços para perpetuar e, por que não, acentuar o quadro de concentração de terras no Brasil.

O fato de a propriedade não ser necessariamente individualizada e aparecer sempre condicionada ao controle de associações comunitárias torna-a um obstáculo às tentativas de transações comerciais e praticamente as imobiliza enquanto mercadoria. As terras das comunidades quilombolas cumprem sua função social essencial quando o grupo étnico, manifesto pelo poder da organização comunitária, gerencia os recursos no sentido de sua reprodução física e cultural, recusando-se a dispô-los às transações comerciais. (...) Contrária, portanto, as agências imobiliárias de comercialização, vinculadas a bancos e entidades financeiras, do mesmo modo que contraria os interesses latifundiários, os especuladores, os 'grileiros' e os que detêm o monopólio dos recursos naturais. (ALMEIDA, 2005, p. 6-7)

Identificar os atores que participaram do julgamento da inconstitucionalidade do Decreto 4.887/2003 ilustra um conflito muito mais amplo, nas disputas por terra ou acesso a recursos naturais, ao que se convencionou chamar de conflitos ecológicos distributivos (MARTÍNEZ ALIER, 2007), ou conflitos socioambientais (LITTLE, 2006), que configuram o campo preferencial de estudo do marco analítico da Ecologia Política e dos movimentos por Justiça Ambiental (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009; PACHECO; HERCULANO, 2006; ALIMONDA, 2002; MARTÍNEZ ALIER, 2007; entre outros).

Contudo pra nós quilombolas resistindo nos território de pertencimento e vida sabendo que nem todos os argumentos utilizados se apliquem a todas as situações locais de conflito, mas em uma análise mais detida do conjunto desses discursos revela o que estamos verdadeiramente em conflito: a apropriação de recursos naturais, o controle sobre esses territórios/paisagens e a concepção de desenvolvimento (ALIMONDA, 2002; ESCOBAR, 2005; RADOMSKY, 2011) além de uma atual “frente de expansão de fronteiras” (LITTLE, 2002),

Embora a grande vitória quilombola no julgamento da ADI 3.239/2004 por 10 votos a 1, no entanto, esse desfecho favorável no judiciário não é garantia suficiente de que os milhares de comunidades quilombolas receberão os respectivos títulos em um prazo razoável.

Além dos opositores tradicionalmente presentes em âmbito nacional, cada vez mais surgem outros atores antiquilombola e demais povos e comunidades tradicionais, como por exemplo: grupos transnacionais das áreas de mineração, recursos hídricos, agropecuário, alimentar, fundos de pensão estrangeiros, turismo, entre outros.

CAPÍTULO 3: ESTRATEGIA DE AUTO GESTÃO NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL QUILOMBOLA E BEM VIVER

FIGURA 4 – QUILOMBO IVAPORUNDUVA



FONTE: AUTOR DESCONHECIDO

O que pretendo trabalhar neste capítulo é apenas um ensaio sobre o discurso de bem viver portanto, não tenho a pretensão de dialogar sobre os diferentes olhares sobre bem viver seja esse discurso socialista onde a crença do bem viver esta relevância da garantia por via Estatal já em outro olhar ecologista onde a relevância encontra-se na preservação da natureza e na intensa construção participativa para o bem viver e por não menos importante a *pachamamista*³ onde a relevância está na autodeterminação dos povos na dimensões espirituais e visão de mundo. (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2014, p.26).

Segundo o saudoso peruano Anibal Quinjano bem viver pode ser entendido como:

³ **Pacha Mama** ou **Pachamama** (do [quíchua](#) *Pacha*, "[universo](#)", "[mundo](#)", "tempo", "lugar", e *Mama*, "mãe",^[1] "[Mãe Terra](#)") é a [deidade](#) máxima dos povos indígenas dos Andes centrais. Vários autores consideram Pachamama como uma divindade relacionada com a terra, a [fertilidade](#), a uma mãe, o feminino.^[2]

Um complexo de práticas sociais orientadas a produção e reprodução democráticas de uma sociedade democrática, um outro modo de existência social, com seu próprio e específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos a Colonialidade Global de Poder e a Colonialidade / Modernidade Eurocentrada. (QUIJANO, 2011, p. 77)

Os diferentes olhares e estudos sobre este tema colaboram com minha pesquisa de campo onde diálogo com os/as colaboradores entrevistados/as o sentir pensar nosso território na perspectiva do bem viver em Arturo Escobar diz que o conceito de “Sentipensar” do sociólogo colombiano Orlando Fals Borda no qual apresenta este conceito, afirmando que:

Sentipensar con el territorio implica pensar desde el corazón y desde la mente, o co-razonar, como bien lo enuncian colegas de Chiapas inspirados en la experiencia zapatista; es la forma en que las comunidades territorializadas han aprendido el arte de vivir. Este es un llamado, pues, a que la lectora o el lector sentipiense con los territorios, culturas y conocimientos de sus pueblos —con sus ontologías—, más que con los conocimientos des-contextualizados que subyacen a las nociones de “desarrollo”, “crecimiento” y, hasta, “economía”. (ESCOBAR, 2014, p.16).

Neste capítulo quero trazer um pouco de minha vivência pelos quilombos neste últimos trinta anos e minha percepção de mundo que quero compartilhar com os leitores mesmos sabendo que os saberes locais e visões de mundo ainda carece ser compartilhado com os saberes científicos então vou disputar narrativas enquanto quilombola que vive essa realidade no seu dia a dia.

Na pretensão em achar palavra que possa traduzir o que pretendo dizer vou usar termo cosmovisão pode ser entendido como a forma de ver, sentir, perceber, projetar e expressar o mundo e vida gerando relações sociais, jurídicas, educativas, econômicas e culturais além de pensar a vida e suas relações de formas de existências e estrutura de estado.

A visão de mundo dos povos sempre foram um desafio para ciência e que nos últimos anos ressurgem mais fortes e mostram para a sociedade hegemônica capitalista que existem outra forma de racionalidades de compreensão de mundo onde vivem e dessa maneira trago um pouco da cosmovisão dos quilombos onde passei.

Quando menciono em meu trabalho de dissertação que pretendo falar sobre bem viver não tenho pretensão em fazer um histórico das visões dos autores e nem tampouco apontar contradições no que se refere aos elementos de formulação do conceito e poder enxergar como na sociedade envolvente utiliza sua visão de mundo ,onde na maioria das vezes apresentam na forma individual ao extremo a ideia de viver melhor. Já no aspecto coletivo ao extremo chegar ao bem-estar do ser humano.

Desta forma podemos considerar que a cosmovisão do qual falarei não é crescente de maneira linear e nem tampouco hierárquica, competitiva, unidimensional, homogeneizadora, dialética desintegrada e com enfoque antropocêntrico machista e voltado ao dinheiro.

Portanto quero falar que nos quilombos esta cosmovisão está focada no coletivo e assim poder viver bem e bem viver, então podemos dizer que a visão é circular de maneira cíclica equilibrada, harmônica, multidimensional, respeita as diversidades sendo complementar onde tudo está Integrado no enfoque comunitário com paridade e respeito à vida.

Dependendo de qual lente que se enxerga o mudo e sua estrutura podemos afirmar uma possibilidade de contradição sendo que de um lado os quilombos pensando em unidade e estrutura de vida que está constituída do visível como pessoas animais plantas, animais, rios, mar, como também o invisível como os ancestrais, os espíritos. Noutro lado as lentes que concebe a unidade de vida nas estruturas sócio-constituídas somente por vivos e seres humanos.

Ao construir a identidade quilombola faço um paralelo com a concepção de Stuart Hall, onde descreve que ``a identidade é um processo em constante transformação ela não é estática, por essa razão, o sujeito não está preso a uma única identidade ao longo da vida, fixa e imutável; antes, ele transita constantemente através de múltiplas identidades, as quais são instáveis, processuais e frequentemente efêmeras`.

O surgimento do bem viver quilombola está sendo proposto com forma de resistência de caráter identitário afirmativo sempre enfatizando que o mais importante está no cuidado da vida criando harmonia e equilíbrio com distribuição gerando comunidades mais sensíveis, articuladas com equilíbrio e harmonia baseada no respeito.

Neste contexto, quero rememorar a história do quilombo obtendo conhecimento da luta de meus ancestrais para a conquista da terra. Lembrando do quanto pode fortalecer o sentimento de pertença e o valor de ser negro no Brasil, em especial sobre as terras quilombolas, como se manifesta esse sentimento de pertencimento.

O sentimento de pertença pode ser definido, como a consciência da relação entre terra e vida moldada pelo respeito ao coletivo que permite o uso da terra de maneira sustentável, focado num planejamento de uso e de ocupação do solo, respeitando a natureza como fonte de vida.

A convenção 169 da OIT em uns de seus artigos garante que os povos interessados terão o direito de definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento na medida em que afete suas vidas, crenças, instituições, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam para outros fins, e de controlar, na maior medida possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural.

Além disso, os sujeitos participarão da formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-los diretamente.

Conforme, disse a liderança comunitária Bendito Alves da Silva, conhecido como Ditão, em sua entrevista do trabalho de campo que realizei:

A definição da área as pessoas daqui falavam da divisa, onde passava, onde andava, onde tiravam o cipó para fazer seus artesanatos equipamentos de trabalho, a quara, a madeira, essas coisas para canoa, casas então tinha essa divisa, divisa de Ivaporanduva, são Pedro, Pedro Cubas, André Lopes essas divisas na cabeça tanto o pessoal do lado de lá respeitava quanto o de lado de cá também respeitava então quando foi fazer a demarcação o mais velhos foram na frente mostrando onde era a divisa e nós mas novo fomos de a pé roçando com a foice limpando a divisa de fora a fora o topógrafo foi por traz fazendo a demarcação saiu o mapa da área fizemos da até o pé do jatobá do pé de jatobá vai até o pé de figueira, vai sobe o rio tromba das cordas desce lá na lagoa dos rodrigues, assim por diante até chegar fazer tudo o círculo do território que nós antepassados dizia que era nosso e que nós tomamos herdamos temos domínio dessas áreas até hoje.(BENEDITO ALVES DA SILVA,66 anos)

Já no aspecto político é importante salientar a consciência da comunidade como sujeito de direitos coletivos e no seu envolvimento nas lutas dos movimentos sociais na busca por fazer valer esses direitos.

Sou nascido e criado aqui, é meus pais também nascido e criado aqui e eu sou liderança nacional de quilombo é, e eu sou agricultor trabalho na roça sou também é monitor ambiental também trabalho com turismo e agricultor familiar né, desde criança foi a minha primeira profissão agricultura né, um pouco isso que eu faço na comunidade (PAULO SILVIO PUPO, 42 anos).

De certa forma, melhorou de maneira significativa a questão da auto estima e o estigma de pertencer a uma raça considerada por vários séculos como coisa, sem alma, sem vontade própria onde os quilombolas de Ivaporunduva tem orgulho do lugar de pertencimento e suas tradições e está bem presente conforme a narrativa do entrevistado Paulo Silvio Pupo:

Desde muito pequeno já aprendi muito com minha mãe, aprendi o serviço de roça afazeres que era necessário e recentemente ajudei no quadro de liderança e que compartilho no quadro de liderança da comunidade fui já algumas vezes, duas vezes como coordenador da associação quilombola Ivaporunduva desempenhei algumas funções como agente etnodesenvolvimento econômico solidário e acho que venho colaborando na medida do possível com aquilo que a comunidade algumas frente da comunidade. Eu também sou monitor ambiental, acho que é isso, um pouquinho da história pra um pouquinho do que faço na comunidade (PAULO SILVIO PUPO)

Usar a ressignificação da terra como espaço de pertencimento, de reprodução física e sociocultural, fez com que o quilombo seja um lugar de bem viver e viver bem, onde a terra é utilizada conforme a determinação da Assembleia Geral da Associação Quilombo Ivaporunduva onde concentra o espaço maior de decisão de assuntos relacionados à comunidade.

E assim, pretendo dialogar com a ideia de como a comunidade faz de forma assertiva a gestão territorial para tanto vou dialogar com meus entrevistados o caminho que a comunidade fez pra se chegar a essa assertiva.

Conforme as narrativas de fatos que fiz anteriormente quero apontar o início de como começou nosso planejamento de território nos remete a nossos antepassados como na de dona Araci:

A terra aqui sempre foi uma terra de comunidade mas cada um teve tinha o seu direito de 10 arqueiros, 05 arqueiros é como é esqueço o nome como que era o pedaço de terra então cada um tinha sua parte ali, mas também tinha a união entre as pessoas mas velhas que faziam roças e um podia fazer roça no direito do outro, aforando ou emprestando aquele lugar né e assim eles fazem as roças e quem tinha mas a terra melhor doava para aquele que não tinha para fazer roça e no final da colheita dava um pouquinho daquela da colheita do arroz, do milho sei lá, para a família que se achava dono e assim as pessoas se viviam se trocando suas terras para trabalhar é aforando então ele tirava porcentagem daquela lavoura e entregava para o dono da terra e no outro ano fazia roça no outro lugar e assim era uma desmatação bem legal porque não ficava desmatando muito a terra, deixava a terra descansar e sempre a produção é bem maior que sustentava a família quase o ano todo (ARACI ATIBAIA, 75 anos)

Quando no quilombo de Ivaporunduva começou pensar na terra e como fazer um uso adequado já se pensava no tamanho da área disponível para ser utilizada na agricultura e que se tivesse um acordo interno seria um desafio continuar fazendo as roças tradicionais porque parte da área da comunidade ainda estava na posse de fazendeiros.

Nesse momento se inicia a reocupação dessas terras de forma organizada em grupos de família que tinha interesse de desenvolver atividades produtivas conforme decisão em Assembleia Geral da Associação do Quilombo como nos relata Neire Alves da Silva.

Peguei um pouco dessa fase ainda como era antes de ser quilombo, as comunidades cada um trabalhava por si, se organizava, tentava se organizar, mas não tinha um carro chefe para guiar na comunidade então os fazendeiros entravam, tomavam o território das comunidades, as pessoas é assim não tinham um trabalho conjunto cada um fazia o seu particular aí acabava prejudicando a produção da comunidade que a fonte de renda a banana, agora antes era também a renda era pouco porque o valor muito baixo então a comunidade não conseguia se organizar tanto na área de produção como organização social organização também para conquistar as coisas lá fora (NEIRE ALVES SILVA, 40 anos).

No início das retomadas das terras tivemos personagem importante com Nisete Rodrigues da Silva, Maria da Guia, Araci, Zilda Furquim que tiveram a frente das retomadas organizando o grupo de mulheres de Ivaporunduva que sempre são lembradas em reuniões de motivações de grupo de trabalho falando das conquistas importante como no caso da água encanada que está sempre presente na memória da comunidade.

Nesse momento nós também começamos a se organizar aqui não tinha ponte, não tinha luz, não tinha água encanada, não tinha escola digna para as crianças e nós começamos a fazer um grupo de mulheres também e começamos a lutar para adquirir isso aí, postinho depois de 25 anos né, nós conseguimos esse postinho aqui(ARACI ATIBAIA)

O entrevistado Vandir Rodrigues de Silva em suas memórias lembra um pouco como era antigamente em o isolamento da comunidade serviu de certa maneira para a proteção de nossos costumes apesar das grandes dificuldades existentes.

Antes de ser reconhecido como quilombo né era cada um tinha o seu jeito de fazer suas roças né, vendia do jeito que dava certo além que tinha muito progresso antigamente, não tinha estrada, não tinha nada, então era a cultura que nos mas tinha antigamente era mesmo a cultura tradicional que era o feijão, arroz, milho, porco, galinha, mandioca, cana, esse que era nossa cultura antes.(VANDIR RODRIGUES DA SILVA)

A oralidade está presente na vida da comunidade sendo um fio condutor para manutenção da cultura na medida que os mais velhos sempre que podem compartilham com os demais membros do quilombo sendo que geralmente são conhecimentos sobre a natureza que são transmitidos de mãe ou pai para os filhos e assim relata Paulo Silvio Pupo:

Aquilo que minha mãe falava em relação a forma de trabalhar o uso e ocupação no território às vezes as famílias se dividiam bastante nos lugares como aqui no primeiro momento quilombo uma questão de esconderijo, fuga e tal no primeiro momento as família da minha habituaram a utilizar o território onde que tivesse uma Nascente de um rio Por que o rio era fonte de vida, fonte de água então cada família se divide a família do meu pai né trabalhou por exemplo num lugar que chama de corgo do melo, Córrego do mela né. A minha mãe já trabalhou no família do meu vô por parte da minha mãe trabalhou na região aqui chamado corgo fundo ou Córrego fundo né e outras família trabalhavam por exemplo trabalhou no Bracinho outro no córrego do Rodrigo outro no Córrego da reversa era dessa forma que as famílias trabalhavam ali o seu coletivo e ali usufruía da terra dentro do sistema do manejo né que hoje a gente conhece mas era o sistema de coivara manejo eles utilizavam a capoeira grossa por exemplo para fazer o plantio do arroz e do Milho porque a capoeira mas fina fazia o plantio do feijão (PAULO SILVIO PUPO).

O quilombo de Ivaporunduva situado no Município de Eldorado no Vale do Ribeira, Litoral Sul do Estado de São Paulo Brasil no Continente Americano nessas últimas décadas deparou que não basta ter as terras titulada e registrada e que faz

necessário planejar o que se faz com essa terra pensando nas presentes e futuras gerações.

Passo agora a fazer uma narrativa a partir do surgimento dos quilombos para o direito no ano 1988 com a Constituição em que no finalzinho da década de 80 e início da década de 90 nossa comunidade estava em um momento muito frágil diante das ameaças de construções de barragens hidrelétricas no Rio Ribeira de Iguape, caso fosse feita nosso território ficaria grande parte debaixo d'água.

Como a comunidade tinha uma relação de identidade negra e pertencimento restou entrar na justiça para cobrar do Estado a titulação de nossas terras como relata Vandir liderança da comunidade:

Então penso que na verdade a gente acha que a associação meio obrigatório né, porque quando estava todo mundo individual cada um tinha o seu lote né, era muito mais fácil para as pessoas chegar aí comprar, enrolar as pessoas né, e aí surgiu uma ideia por caso de uma ameaça que a gente tinha aqui né, como a terra não era registrada(VANDIR RODRIGUES DA SILVA).

A criação de uma Associação não é uma tarefa fácil, foram necessárias várias reuniões para debater o que colocava ou não dentro do estatuto. Nos dias de fechamento da minuta que iria para registro, os debates viraram noite a dentro. Enfim, após aprovação da minuta pela comunidade foi registrado o estatuto e assim começa o estágio inicial de planejamento do território.

Os assuntos que foram tema do Estatuto da comunidade são semelhantes aos que utilizei como pesquisa e trago para esse episódio com intuito de relembrar como era feita a ocupação das terras? Quem são os proprietários das terras?

Embora passados vários anos, esses temas e seus desdobramentos perseguem a comunidade até os dias de hoje e sempre estão sendo debatidos nas reuniões da assembleia geral da Associação assim relembra o Ditão.

Sou nascido e criado aqui, é meus pais também nascido e criado aqui e eu sou liderança nacional de quilombo é, e eu sou agricultor trabalho na roça sou também é monitor ambiental também trabalho com turismo e agricultor familiar né, desde criança foi a minha primeira profissão agricultura né, um pouco isso que eu faço na comunidade: morar aqui na comunidade na minha época que eu era pequeno que eu nasci tinha dificuldades, muitas dificuldades né, não tinha energia elétrica, não tinha estrada, nós somos cercado pelo rio ribeira de, então o rio é uma barreira tinha que atravessar de canoa para poder acessar a estrada para chegar no comercio é alimentação no começo de minha existência é um pouco melhor na época a gente podia fazer roça não tinha problema ambiental dentro do modelo aprendido pelo nosso antepassado que é o rodízio da roça (BENEDITO ALVES DA SILVA)

Contudo, as dimensões que envolve território quilombola deve ser contemplada a preservação física do território, incluindo aspectos fundiários e ambientais; fortalecimento sociopolítico, desenvolvimento econômico, reconhecimento, valorização e consolidação das práticas e manifestações culturais tradicionais.



FIGURA 5 MANIFESTAÇÃO CULTURAL

FONTE: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/terras_de_quilombos_ivaporunduva-sp.pdf

Conforme nosso Estatuto as terras do quilombo deverão ser utilizadas de forma sustentável de acordo com nossa cultura e tradição, adequadas ao atendimentos de direitos sociais e a conservação do meio ambiente em que a forma associativa para administrar melhor o território, os nossos recursos naturais para nossa reprodução cultural e social utilizando conhecimentos, inovações, práticas geradas e transmitidas pela nossa tradição.

Como também implementar e melhorar as condições de saúde, educação, segurança alimentar, geração de renda e economia solidaria como alerta o Professor Carlos Alberto Cioce Sampaio:

Não se nega abstrair a lógica econômica, na qual o sujeito calcula consequências individuais ,mas, que releve territorialmente o bem comum, e que não seja ela hegemônica ou mesmo determinante nos processos de produção e reprodução humana, na qual resulta o sujeito esvaziado (SAMPAIO et al., 2017)

Quando o quilombo Ivaporunduva deparou com o termo de gestão territorial e ambiental, de logo percebeu que essa pratica já era feito pelos quilombolas. no território e assim começa a estabelecer maneira de criar seus próprios princípios de gestão territorial finalidade o desenvolvimento comunitário para garantir que os jovens permaneçam no local e se identifiquem com seu território.

Contudo, para alcançar esse objetivo, a gestão territorial e ambiental no território a comunidade teve que passar por um processo de mobilização interna bastante intenso, tendo que enfrentar nosso maior desafio que foi falar de questões sensíveis da cultura quilombola que envolvia a vida cotidiana, do sagrado, da conversa com a terra, proteção dos saberes e legados que foram passados entre as gerações.

O envolvimento da comunidade nos debates acalorados certas horas para chegar consenso foi de certa maneira a parte fundamental para chegar ao instrumento de gestão e por fim acabou sendo codificado em um formato de regimento interno que deve ser entendido em termos de direitos e deveres.

Em relação aos direitos é importante relatar que o papel Estado Brasileiro deve ir além da titulação, e fornecer as condições para que as gentes quilombolas possam administrar e desenvolver seus territórios. Quanto aos deveres se traduz no

compromisso da comunidade com a responsabilidade de proteger seu patrimônio, natural e cultural para as próximas gerações.

Esse documento foi realizado ao longo de um processo participativo que envolveu representantes das famílias que hoje vivem no quilombo, tendo como principal objetivo apresentar os pilares da gestão territorial e ambiental no território. Onde por sua vez, essas diretrizes devem orientar as ações que se desenvolverão para o estabelecimento de um sistema abrangente de gestão territorial e ambiental podendo ser um modelo para outros quilombos poderem fazer planejamento nos territórios quilombolas espalhados pelo do Brasil.

Para começar o dialogo entono que questões sensíveis a comunidade pode se contar com apoio de assessoria externas, pois a cada momento afluía alguns assuntos que necessitava de esclarecimento jurídicos. Esta assessoria foi realizada pela EAACONE (Equipe de Articulação e Assessoria as Comunidades Negras) no primeiro momento e em seguida ficou sob minha responsabilidade e que durou aproximadamente três anos de debates internos em vários momentos de reuniões em um formato de rodas de conversas e resultou no nosso acordo interno mais conhecimento como regimento interno do quilombo.

O objetivo de codificar em forma de regimento interno tem por finalidade regular os direitos e obrigações dos moradores no território do Quilombo do Ivaporunduva, disciplinando normas de ocupação da área coletiva, construção de novas moradias, criação de animais, convivência e zelando pela harmonia entre os quilombolas.

Para começo de um diálogo transparente e aberto e sem receios do que pode vir de cada participante sobre as terras quilombolas numa perspectiva de lugar de vida e bem viver definiu se que as terras deverão ser utilizadas de forma sustentável, de acordo com cultura e tradição, adequada ao atendimento de direitos sociais e a preservação do meio ambiente.

Para Bendito Alves da Silva (Ditão) devemos sempre relacionar o território com o bioma onde está situado o território:

Eu acho que quem está na mata atlântica ela tem que ter responsabilidade da preservação ambiental condições para viver dentro do território sem haver a desmatção predatória tem que ter a roça, tem que ter a roça, mas dentro de um manejo sustentável certo visando o mesmo modelo da época

dos antepassados acho que isso aí é uma coisa que tem que ser feito
(BENEDITO ALVES DA SILVA)

Um dos temas de maior relevância foi a questão de quem pode morar na comunidade?, No caso dos não-quilombolas optou-se que só aceitaria pessoas nestas condições se tivesse contraído matrimônio, ou também uma união estável com quilombola, mas com vedações durante 10 anos de moradia fixa no quilombo e não podendo fazer parte de cargos diretivos. Se por ventura findar o casamento ou a união estável, o não quilombola estará automaticamente excluído da comunidade e não terá nenhum direito de propriedade sobre os bens e será tratado como terceiro.

Os quilombolas de outros quilombos que vierem casar com quilombolas da comunidade, por respeito às lutas quilombolas não terá o mesmo tratamento dos não quilombolas. Os quilombolas que moram fora da comunidade e querem voltar a residir no território devem requerer à Coordenação da Associação autorização para retornar ao território, pedido este que será apreciado em Assembleia Geral para ver e saber se concordam ou não com o histórico daquela pessoa.

A importância de ter uma Associação no quilombo para ajudar administrar essas demandas torna-se um dos primeiros passos para o planejamento territorial quilombola como reforça a liderança da comunidade Vandir Rodrigues da Silva:

Então penso que na verdade a gente acha que a Associação meio obrigatório né, porque quando estava todo mundo individual cada um tinha o seu lote né, era muito mais fácil para as pessoas chegar aí comprar, enrolar as pessoas né (VANDIR RODRIGUES DA SILVA)

Para a segurança alimentar ficou acordado como prioridade a ocupação da área agricultável do quilombo para o plantio de alimentos para cada família visando a garantir manutenção do cultivo das roças tradicionais e ainda se por ventura havendo área disponível e possível ampliar as roças existentes como relata (Benedito Alves da Silva)

Nosso antepassado um ano fazia roça num lugar em outro lugar não tinha essa exigência de aqui é meu, aqui é meu, quem manda aqui sou eu, no primeiro momento não tinha isso aí, no tempo do meu pai os pessoal trabalhavam todo mundo meio junto na capova um próximo do outro e lá na

capova fazia paiol uma casinha de pau-a-pique e ficava todo mundo lá enquanto estava trabalhando... (BENEDITO ALVES DA SILVA)

Para o quilombo manter seu cultivo de maneira tradicional foi criando um grupo de trabalho chamado (GT da roça) que tem por finalidade dar apoio administrativo a Associação para acompanhar os moradores no momento das escolhas das áreas que serão utilizadas para as lavouras e assim o quilombola quando necessita fazer uma roça solicita para Associação nesse caso entra em campo o grupo de trabalho da roça.

As roças quilombolas são reconhecidas hoje como patrimônio cultural, foi trabalho árduo que envolveram vários atores dentre eles as comunidades universidades, organização da sociedade civil, poder público e outros. Mesmo depois o reconhecimento ainda para fazer as roças tem de fazer um pedido formal ao Estado que ao meu ver ainda é uma limitação a autodefinição e autodeterminação.

O cultivo nas áreas quilombolas após as retomadas das terras fez surgir um de intenso debate sobre o que produzir no território, foram necessárias fazer várias reuniões até chegar ao acordo de que a lavoura deveria ser desenvolvida com base na produção agroecológica, orgânica, ou seja, alimentos saudáveis.

FIGURA 6 COLHEITA DA BANANA



FONTE: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/terras_de_quilombos_ivaporunduva-sp.pdf

Para alcançar o objetivo de uma produção saudável e agregar valores sociocultural aos seus produtos, os quilombolas em 2003 decidiram em fazer uma certificação de conformidade coletiva junto ao Instituto Bio Dinâmico (IBD) de Botucatu, São Paulo. Atualmente contamos com 65 produtores orgânicos, um convencional e cinco produtores estão no processo de conversão para orgânicos também.

O quilombo sempre produziu o básico de alimento visando a segurança alimentar. Aqueles que por ventura não tinham uma lavoura faziam empréstimos de quem tinha e após fazer a colheita de sua roça devolviam o emprestado e uma diversidade de produtos, segundo Benedito Alves da Silva:

Ninguém falava em dinheiro e também não tinha juro se você emprestava 40 litros devolvia 40 litros a quantidade que você emprestava era a quantidade que você devolvia outro era porco ninguém conhecia óleo naquele tempo ninguém conhecia óleo usava banha de porco e aí então era emprestado e quando ele matasse o dele lá ele pagava (BENEDITO ALVES DA SILVA)

A opção de uma produção orgânica no quilombo Ivaporunduva deriva da prática costumeira de realizar seus cultivos observando as luas certas do plantio como também da área onde se quer realizar o cultivo que vem sendo transmitido a várias gerações foi o que motivou a certificação como produtos orgânico pelo Instituto Biodinâmico de Botucatu no início dos anos 2000 mesmo sabendo para manter uma produção orgânica é mais trabalhosa exigindo do produtor uma maior dedicação.

Na tentativa de manter e preservar os saberes tradicionais e pra não correr o risco de se perder diante das ofertas de pacotes tecnológicos de insumos que podem causar dependências de sementes modificadas geneticamente o grupo de trabalho das roças vem fazendo um resgate de tecnologias tradicionais de conservação das sementes que a comunidade tem guardada desde os tempos do passado.

No caso das ervas medicinais, nesses últimos anos a atenção é redobrada isso porque ficamos sabendo que os conhecimentos que o quilombo tem sobre essas plantas correm o risco de serem apropriados forma indevida pelas empresas de fármacos. Os saberes associados a patrimônio genético em comunidades locais são protegidos pela Convenção de Diversidade Biológica (CDB) que para salvaguardar esses conhecimentos utiliza como ferramenta o consentimento livre prévio e informado da comunidade.

No entanto, com o intuito de fazer um levantamento das ervas que a comunidade vinha manipulando foi feito um plano de manejo de ervas medicinais visando a possível comercialização de algumas dessas espécies, porém o projeto está parado devido à dificuldade de colocar esses produto no mercado, mesmo assim contamos com infraestrutura para manipulação já pronta, assim como também o plano de manejo finalizado.

Para planejar um território onde foram realizados vários estudos, livros, matéria em jornal, teses, dissertações foi necessário definir um ponto de partida que considerasse os saberes locais e os saberes acadêmicos e assim decidiu se trabalhar com os mapas. Elaborados pela comunidade juntos com as assessorias

Os mapas tornaram uma ferramenta de suma importância pois tornou se o caminho para os quilombolas visualizarem seu território e suas potencialidades desde percepção onde começa e termina a terras da comunidade e assim definir

quais áreas seria possível aproveitar para as roças e onde seria a reserva de manejo palmito juçara e das ervas medicinais como também os espaços para construir as casas, lazer.

Ao se verem no mapa os quilombolas de Ivaporunduva começaram fazer os levantamentos das potencialidades econômicas sociocultural sendo que no aspecto econômico foi pensado nas possíveis fontes de gerações de renda de pequeno impacto ao meio ambiente de uma forma sustentável, já no sociocultural o foco foi no conhecimento do território no tocante a sua ocupação pelos antepassados e a relação com o sagrado e os saberes passados por eles a várias gerações.

As decisões relacionadas às moradias na comunidade foram ponto de pauta de assembleia geral onde teve momentos de debates relacionado ao local das moradias? e quem pode morar na comunidade? Esse ponto acabou sendo superado no momento de discussão do regimento interno onde optou-se por esclarecer melhor esse ponto no Estatuto da Associação.

Na figura abaixo tem um esforço de ilustrar como está distribuída a ocupação na comunidade desde suas roças tradicionais e seus manejos de palmitos juçara como também os cultivos de banana orgânica e as áreas moradias.



Fonte; <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/agenda.pdf>

Desta forma somente aos quilombolas é permitida a construção de moradias e para isto deve requerer autorização para Coordenação da Associação apresentando a proposta da construção e se for de nova moradias deverá respeitar distância mínima de pelo menos dez metros, entre ela e outra casa da mesma família, e de vinte metros, entre ela e outra casa de quilombola de outra família, assim como de cada lado da residência construída anteriormente.

Geralmente as casas são construída ao redor da casa dos pais e assim a comunidade mantém os grupos familiares bastante forte onde os mais velhos geralmente conduz o grupo familiar na tomada de decisões que pode ou não interferir na vida do grupo e assim o quilombo é formado por vários grupos familiares muito parecido como um clã.

Os quilombolas que tiverem animais (gado, galinha, porco, cachorro, etc) será responsabilizado por eventuais prejuízos causados estes animais à outro quilombolas obrigam-se a mantê-los no cercado e a cuidar do pasto, chiqueiro, galinheiro e similares destes como também é proibido criar ou manter animais em quantidade incompatível com a área disponível e em condições precárias de higiene e segurança, causando o comprometimento dos demais quilombolas ou bens comuns.

Além de não ser permitido deixar animais soltos em área de uso coletivo, (ex: galpão, posto de saúde, trilhas, escola, pousada etc.) podendo qualquer morador, prendê-lo e só devolvê-lo após o pagamento do transtorno causado.

Na comunidade tem vários espaços de uso comum como (praça, centro comunitário, Escola, campo, quadra, pousada, barracões, igreja, posto de saúde, trilhas, estradas, cemitério, fábrica de processamento, casa de artesanato, casa de ervas medicinais, manejo de palmito, onde todos são responsáveis pela área de usos coletivos.

FIGURA 8: CHEGADA PELO RIO RIBEIRA



FONTE: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/agenda.pdf>

No intuito de um debate mais acirrado sobre autoproteção a comunidade discutiu sobre disciplinar e controlar o fluxo e a circulação de pessoas e veículos, através da implantação de controle de entrada e saída conforme julgar necessário, além de criar grupo de trabalho para vigilância e patrulhamento, tendo como principais funções de prevenir e reprimir ações, omissões ou desordens que atentem contra o patrimônio individual ou coletivo, pessoal ou material dos quilombolas como também punir os quilombolas que apoiarem ações e omissões que contrariem os objetivos e princípios defendidos no quilombo.

Os grupos de trabalhos são ferramentas importantíssima de apoio administrativos das demandas da Associação e geralmente tem uma composição de dois coordenadores(as) eleitos(as) em assembleia específica para esses fins; observando o critério de gênero e para tantos devem atender alguns requisitos de capacidade técnica para coordenar a execução da atividade proposta, ter conhecimento de procedimentos administrativo da Associação, conhecer os objetivos da Associação conforme prevê seu estatuto e deverá prestar contas das atividades desenvolvida e poderá ser responsabilizado penal e civilmente por dano que causar a terceiros ou Associação.

No entanto, cada grupo funcionam conforme o seu segmento no caso do turismo e composto por coordenadores(as) com as tarefas de coordenar os agendamentos, estadias, alimentação, limpeza do prédio, camareira, cozinheira, ajudante de cozinha, faxineira limpeza ao redor da pousada, compras de mantimentos, dos guias, dos palestrantes, dos equipamentos devendo sempre observar as equipes e os revezamentos.

Neste posto de coordenador de grupo poderá remunerados conforme atividades prestadas ou produto contratado, podendo ser destituído(a) a qualquer tempo por motivo de quebra de confiança e ou não cumprimento das tarefas devidamente acordadas.

No caso do artesanato o também tem a composição de dois coordenadores(as) com as demandas de venda, exposições, e oficinas dentro e fora do quilombo. Nesse grupo não é remunerado pela Associação, mais poderão cobrar um percentual previamente acordado em reunião com os artesões.

FIGURA 9 SECAGEM DA PALHA DE BANANANEIRA PARA MATERIA PRIMA ARTESANATO



<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/agenda.pdf>

Já o grupo da banana não tem um número de coordenadores(as) e sim as tarefas de agendamento do dia carga de banana e avisar os produtores com antecedências, além de organizar as equipes composta de embaladores(as), despencadores(as) de banana, tratorista e ajudantes de carga, além de observar o revezamento das equipes e poderão ser remunerados conforme projetos e contratos de vendas de bananas da Associação.

As pessoas que embalam bananas são capacitadas pois o padrão das frutas e as exigências dos mercados de mesma forma que via fazer os serviços de despencar as pencas de banana de forma padronizada, já os ajudantes de carga realizam os serviços gerais desde erguerem as caixas de banana no caminhão além de lavar as frutas de bananas .

Foto 10 – PLANTAÇÃO DE BANANAS



FONTE: [tps://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/agenda.pdf](https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/agenda.pdf)

O quilombo também tem um cuidado com os assuntos jurídicos e contábeis. A associação dos quilombos faz contratação de serviços da área contábil jurídica para auxiliar e orientar os seus membros quando aos projetos e outros assuntos que sejam necessários. desta maneira seus moradores são sempre orientados e apoiados na comunidade.

CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse último capítulo desta dissertação pretendo estabelecer algumas conclusões que cheguei a respeito do trabalho de pesquisa e sugerir algumas recomendações e encerrar com as considerações posteriores da Banca

A preocupação central que estimulou essa pesquisa é a seguinte: como vem sendo realizado o planejamento territorial desse território do Quilombo Ivaporunduva? Uma série de questões surgiu dessa preocupação central. Como era a ocupação e o uso do território no passado? Como eram tomadas as decisões no passado? Como são tomadas as decisões sobre a gestão atualmente? O que mudou nesse processo de gestão após a titulação? Antigamente era diferente? Como eram feitas as roças e outros cultivos nas áreas de usos coletivos? Como são feitas hoje? Qual o papel dos grupos de apoio ligados à Associação Quilombola na gestão do território atualmente?

A pesquisa de dissertação possuiu como objetivo geral analisar a dinâmica social que os quilombolas de Ivaporunduva estabeleceram e estabelecem em seu território na busca da manutenção de seus modos de vidas a partir da autonomia na concretização da gestão ambiental.

Como objetivos foram: a) apontar a importância do planejamento ambiental territorial quilombola que envolve a estratégia de autogestão; b) discorrer sobre a relação do povo quilombola com a natureza e com seu território - como um território de vida e de resistência – para a garantia da continuidade das práticas cotidianas e dos modos de existir; c) analisar a gestão territorial da comunidade quilombola Ivaporunduva na perspectiva de bem viver.

Estes objetivos ao meu ver foram alcançados no decorrer dos Capítulos 2 e 3.

Quanto a metodologia adotei como método a pesquisa qualitativa, em especial, a observação participante, E me fez pensar na necessidade de explorar melhor o tema metodologia de pesquisa envolvendo pesquisador da própria comunidade quilombola porque tive de me conter ao rigor metodológico com

algumas incertezas se era o melhor caminho para auferir os resultados proposto no meus objetivos .Tomo como exemplo o tempo comunidade onde tive que marcar e remarcar várias vezes as entrevistas de trabalho de campo.

A pesquisa realizada no quilombo onde eu moro com intuito de fazer um estudo relacionado aos caminhos de um planejamento territorial que a comunidade vem fazendo e fazer um breve registro das etapas em um trabalho de dissertação não esgota a importância do tema nem tampouco a relevância desse instrumento para os quilombos em geral.

Porem fica o registro de etapas importantes que foram percorridos para que o quilombo pudesse chegar ao estágio atual de ordenamento territorial que pode ser utilizado pelos demais quilombos no Brasil.

Dito isto passo a estabelecer algumas conclusões que cheguei a respeito da pesquisa e sugerir algumas recomendações, encerrando com as considerações posteriores da Banca:

(a)Terra quilombola e o sentimento de pertencimento:

Ao rememorar a história do quilombo obtendo conhecimento da luta de meus ancestrais para a conquista da terra de certa maneira fortalece o sentimento de pertença e o valor de ser negro no Brasil, além de sua ressignificação da terra como espaço de pertencimento, de reprodução física e sociocultural.

O sentimento de pertença pode ser definido, como a consciência da relação entre terra e vida moldada pelo respeito ao coletivo que permite o uso da terra de maneira sustentável, focado num planejamento de uso e de ocupação do solo, respeitando a natureza como fonte de vida.

Contudo, ter consciência de ser negro num país que ainda não superou a realidade de ser pluriétnico, com diversidades de culturas, com maneiras de viver diferentes torna-se um desafio sem igual. Alinhado a esse cenário há uma resistência de setores organizados contrários aos direitos dos quilombolas, seja no Congresso Nacional, seja no Supremo Tribunal Federal e que ainda se utilizam do poder público como ferramenta para praticar uma espécie de racismo institucional e são temas que carecem de maior investigações.

É de se considerar que, em meio às relações de poder assimétricas que pesam contra os quilombolas, há também processos de luta para afirmação de

direitos quilombolas, seja no âmbito municipal, estadual ou federal que faz com que a resistência vai continuar por muito tempo na agenda do quilombo.

Por isso que os quilombolas, sempre que puderam, estiveram presentes e não mediram esforços para se fazerem representar nas figuras de seus valentes militantes, sejam esses jovens, mulheres e homens que nunca se deram por vencidos, mesmo estando tombados ao chão.

(b) da oralidade e auto estima:

A oralidade está presente na vida da comunidade sendo um fio condutor para manutenção da cultura na medida que os mais velhos sempre que podem compartilham com os demais membros do quilombo, sendo que geralmente são conhecimentos sobre a natureza que são transmitidos de mãe ou pai para os filhos e que de certa forma, melhorou de maneira significativa a questão da auto estima e o estigma de pertencer a uma raça considerada por vários séculos como coisa, sem alma, sem vontade própria, mas, os quilombolas de Ivaporunduva tem orgulho do lugar de pertencimento e suas tradições.

(c) da mobilização interna

Para alcançar esse objetivo de gestão territorial e ambiental no território a comunidade teve que passar por um processo de mobilização interna bastante intenso, tendo que superar desafio como falar de questões sensíveis da cultura quilombola que envolvia a vida cotidiana, do sagrado, da conversa com a terra, proteção dos saberes e legados que foram passados entre as gerações.

Os mapas tornaram uma ferramenta de suma importância pois tornou-se o caminho para os quilombolas visualizarem seu território e suas potencialidades desde a percepção onde começa e termina as terras da comunidade e assim definir quais áreas seria possível aproveitar para as roças e onde seria a reserva de manejo do palmito juçara e das ervas medicinais como também os espaços para construir as casas, lazer e outros espaços que venham a ser necessários para a comunidade.

(d) pesquisa de campo

O momento da comunicação à comunidade que eu estaria registrando um pouco da história da comunidade contada por nós mesmo para um trabalho acadêmico na Universidade Federal do Paraná com a finalidade de receber o título

de mestre percebi o orgulho de minha família quilombola e apoio a essa empreitada que por si só é maior gratificação e reconhecimento da minha história de luta .

Como também, as conversas com as lideranças para saber se estavam interessados em contribuir com esse trabalho disponibilizando parte de seu tempo para uma entrevista e, por fim, no terceiro momento foi de acertar a melhor data e horário das entrevistas. Fica a dica que o tempo da comunidade tem que ser respeitado.

Além de estabelecer um momento de devolutiva das entrevistas aos entrevistados e entrevistadas para que eles e elas se manifestarem e darem os seus “de acordo”, ou seja, se foi aquilo mesmo que tinham falado nas transcrições e se tinham algo a acrescentar ou tirar foi muito prazeroso.

Em síntese, foi muito importante focar a pesquisa em uma reflexão mais aprofundada sobre a importância do processo de luta e de reivindicação da terra como expressão de reconquista da liberdade e da dignidade, como também, no processo de apropriação simbólica do que significa a terra quilombola para seus ocupantes, nos seus aspectos socioambientais para as presentes e futuras gerações e a análise das ameaças de retrocessos nos direitos historicamente conquistados.

No tocante as contribuições vindas da Banca me fez repensar sobre assertiva anteriormente feita sobre bem viver quilombola e gestão territorial pois ao revisitar texto aparecem como se fossem sinônimos mas não são, pois gestão territorial entendo ser apenas mecanismo técnicos de controle socioambientais e que não devemos reduzir o bem viver quilombola ao um simples instrumento de gestão territorial

Os mapas e a fotografias são documentos públicos já registrados nos sites citados no texto, por motivo de resguardar a imagem quilombola evitei trazer imagem que eu obtive no meu trabalho de campo e no dia a dia pois moro aqui no quilombo.

Por ser este trabalho um caminho para o debate de gestão territorial em terras de quilombos, as conclusões ainda são preliminares e que pretendo aprofundar em uma possível tese de doutorado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ANDRADE, Anna Maria; TATTO, Nilto. **Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2013.
- BALDI, César. **A proteção jurídica da territorialidade étnica: as comunidades quilombolas**. In: VIDOTTE, Maria Cristina; SCHWENDLER, Sonia (org.). **Conflitos no campo: sujeitos e direitos**. Goiania: Editora UFG, 2013.
- BORBA, Carolina dos Anjos, **Territorialidade quilombola: o direito a terra na comunidade de Rincão dos Martimianos**, Restinga Seca/RS ,Porto Alegre,2008
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. 2a.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/CEC, 2004.
- ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas:Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31
- FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Do rio dos pretos ao quilombo do tambor**. Manaus: UEA Edições, 2013.
- FLORIANI, Dimas; LIMA, José Edmilson de Souza; FERREIRA, José Julio Nunes; SOUZA, Marcelo Stein de Lima e. Para pensar a ‘subjetividade’ no debate do sócio-ambientalismo. In.: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008, Brasília. **Anais**. 2008. 23 p.
- FLORIANI. Dimas. **Conhecimento, meio ambiente & globalização**. Curitiba: Juruá, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**.9. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007.
- PORTO GONÇALVES. Carlos Walter “Pela vida pela dignidade e pelo território O Novo léxico teórico-político desde as lutas sociais na América Latina”/Abya yala /Quilombola”.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6.ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. p.89-117.

GUDYNAS, Eduardo. **Imágenes, ideas y conceptos sobre la naturaleza en América Latina**. 2010. Disponível em <<http://www.gudynas.com/publicaciones/capitulos/GudynasConceptosNaturalezaCo10.pdf>>.

HAYAMA, Andrew Toshio. **Unidades de Conservação em territórios quilombolas: Conflitos socioambientais e atuação da defensoria pública**. Dissertação de Mestrado em Direito Socioambiental. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2017.

_____. **Unidades de Conservação em territórios quilombolas: Conflitos socioambientais e atuação da defensoria pública**. São Paulo: Letramento, 2018

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth. SANTOS, Adriano Rodrigues dos. **Sobre escravos e escravizados**: percursos discursivos da conquista da liberdade. in.: Anais do Simposio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade. Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf>. Acesso em 10 set de 2019.

ISA [Instituto Socioambiental]. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. 2008. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/fnma/_publicacao/1_publicacao25112010121520.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In.: PHILIPPI JR., Arlindo (Org.) **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus, 2000.

MARÉS, Carlos Frederico. Introdução ao direito socioambiental. In LIMA, André. **O direito para um Brasil Socioambiental**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor. 2002.

_____. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris editor, 2003.

_____. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. 3ª. Ed. Curitiba: Juruá. 2005.

_____. **Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural**. In: Revisra InSURgência. Brasília, ano 1, v.1, n.1, jan-jun de 2015. p.57-71.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007, p. 356.

MARTINEZ, Esperanza. Pachamama y sumak kawsai. In.: **Pueblos indígenas, derechos y desafios**: homenaje a Monseñor Leonidas Proaño. 2010. Disponível em <<http://www.sicsal.net/reflexiones/CentenarioProañoEMartinez.pdf>> Acesso em 14 dez. de 2018.

MBEMBE, Achille Mbembe. **Crítica da Razão Negra**. Título original: Critique d ela raison nègre. Tradução: Marta Lança. Revisão: L. Baptista Coelho. 1a.ed. Lisboa, Portugal: Ed. Antígona, 2014.

_____. **Necropolítica**. Temáticas. Revista Arte & Ensaios. Revista do PPGAV/ EBA/ UFRJ, n. 32. Rio de Janeiro: Dezembro de 2016. p. 123-151.

MORAES, Oriel Rodrigues. **A Titulação da Terra Quilombola Ivaporunduva como Reconquista da Liberdade**. Trabalho de Conclusão de Curso. Orientador: Carlos Frederico Marés. Programa de Graduação em Direito. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Curitiba, 2015.

MORAES, Oriel Rodrigues; BERGOLD, Raul Cezar. **Quilombos do Vale do Ribeira: entre o esquecimento e as ameaças**. In: SILVA, Liana Amin Lima da; WANDSCHEER, Clarissa Bueno (org.). Biodiversidade, espaços protegidos e populações tradicionais. E-book do **IV Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental**. Curitiba: PPGD-PUCPR, 2013. Disponível em: <http://www.direitosocioambiental.org/>

MORAES, Oriel Rodrigues. **Resistência à Escravização e Reconquista da Liberdade: ser quilombola na Diáspora Africana**. E-book do livro Ensaio sobre Racismo. Disponível em: https://ocarete.org.br/wp-content/uploads/2019/06/ensaios_sobre_racismos.pdf

MORAES, Oriel Rodrigues; SILVA Liana Amin Lima da. **Racismo Ambiental, Colonialismos e Necropolítica: direitos territoriais quilombolas subjugados no Brasil**. E-book do livro Ensaio sobre Racismo. Disponível em: https://ocarete.org.br/wp-content/uploads/2019/06/ensaios_sobre_racismos.pdf

OSÓRIO, Letícia Marques. **Direito à moradia e territórios étnicos: proteção legal e violações de direitos das comunidades de quilombos no Brasil**. Porto Alegre: COHRE, 2005.

PASINATO, Raquel. **Planejamento territorial participativo: relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/ SP**. São Paulo: ISA, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso. 2005.

REIS, João José. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Dados disponíveis em <<http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html>>. Acesso em 29 nov. 2012.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Rafaela Eduarda Miranda. **Diálogos entre direito e agroecologia: a importância dos Saberes tradicionais quilombolas para a preservação da Agrobiodiversidade**. Curitiba. 2019. UFPR.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **O direito das minorias**. Capítulo 5. Entre o direito e os direitos dos remanescentes das comunidades dos quilombos. Manaus: UEA Edições, 2013.

SILVA, Liana Amin Lima da. **Consulta prévia e livre determinação dos povos indígenas e tribais na América Latina**: re-existir para co-existir. Tese de Doutorado. PPGD-PUCPR, 2017.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Ed. do autor: Belém. 2006.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ignacy_Sachs consultado em 27 de fevereiro de 2020

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/terras_de_quilombos_ivaporunduva-sp.pdf

<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/agenda.pdf>